



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 89

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossini
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossini
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamisso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - César Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossini; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Achar - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01 Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE JUNHO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossori e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 026/98

Curitiba, 22 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa ante-projeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional e a criação de um projeto orçamentário dentro do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, administração indireta, para a execução de obras do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - FUNDEPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Educação.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2º - Fica criado no Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, um projeto orçamentário denominado Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - FUNDEPAR.

Art. 3º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Educação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 3º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III, IV e V, desta lei.

Art. 5º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 1998, de acordo com Anexo VI desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional					
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR					
1063	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - FUNDEPAR	4490.51	25	L	3.300.000	1074
			36	L	6.700.000	1074
TOTAL					10.000.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Pré-Escolar	4490.52	07	L	10.000.000	1074
TOTAL					10.000.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III ANEXO	FL.02 R\$ 1,00
-----------------------------------	--------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2129.02.00	Operações de Crédito Externas Vinculadas	36	6.700.000	1074
2211.03.00	Devolução de Capital Subscrito	25	3.300.000	1074

TOTAL	10.000.000
-------	------------

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
---------------------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	10.000.000	1074

TOTAL	10.000.000
-------	------------

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO V ANEXO	FL.03 R\$ 1,00
---	------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2412.25.00	Transferências da Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito	25	3.300.000	1074
2412.36.00	Transferências de Operação de Crédito Externa Vinculada Expansão, Melhoria e Inov. no Ensino Médio do Paraná/BID	36	6.700.000	1074

TOTAL	10.000.000
-------	------------

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS		ANEXO VI ANEXO		FL. 04 R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
1063	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - FUNDEPAR			
950	Estado			
0001	Executar Obras de Restauração em Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau em Diversos Municípios do Estado	25	3.300.000	1074
		36	6.700.000	1074
TOTAL			10.000.000	

MENSAGEM Nº 027/98

Curitiba, 22 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$6.290.440,00 (seis milhões, duzentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta reais), com a conversão da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 25 - Devolução de Capital Subscrito, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, para a execução de obras no "Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID".

Esclareço também que os recursos para o ajustamento proposto são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$6.290.440,00 (seis milhões, duzentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 1998, de acordo com Anexo V desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00
-------------------------	------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4450.51	25	L	6.290.440	1075

TOTAL					6.290.440	
-------	--	--	--	--	-----------	--

REDUÇÃO DE DESPESA	ANEXO II ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00
-----------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.30	25	L	980.000	1075
		4490.35	25	L	1.000.000	1075
		4490.39	27	L	2.310.000	1075
		4490.52	07	L	2.000.000	1075

TOTAL					6.290.440	
-------	--	--	--	--	-----------	--

ACRÉSCIMO DA RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III ANEXO	FL.02 R\$ 1,00
--------------------------------------	--------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.03.00	Devolução de Capital Subscrito	25	2.000.000	10775

TOTAL			2.000.000	
-------	--	--	-----------	--

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
---------------------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	2.000.000	1075

TOTAL			2.000.000	
-------	--	--	-----------	--

ACRÉSCIMO DAS OBRAS	ANEXO V ANEXO	FL.03 R\$ 1,00
------------------------	------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4100	Secretaria de Estado da Educação			
4103	Superintendência de Educação			
1050	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED			
950	Estado			
0005	Reformar Colégios de Ensino de 2º Grau (A)	25	6.290.440	1075

TOTAL		TES.	6.290.440
		O.F.	0

MENSAGEM Nº 028/98

Curitiba, 22 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$35.869.857,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, para a execução de obras de ampliação e reforma em colégios de ensino médio do "Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID".

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$35.869.857,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 1998, de acordo com Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4450.51	25	L	5.846.900	1082
			36	L	30.022.957	1082
TOTAL					35.869.857	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	3350.39	00	L	170.000	1082
		3390.14	00	L	10.000	1082
			36	L	10.000	1082
		3390.30	07	L	1.000.000	1082
			36	L	1.426.777	1082
		3390.33	00	L	110.000	1082
			36	L	800.000	1082
		3390.34	00	L	140.000	1082
			36	L	400.000	1082
		3390.35	36	L	665.000	1082
		3390.36	36	L	250.000	1082
		3390.39	07	L	1.000.000	1082
			36	L	4.440.000	1082
2138	Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Pré-Escolar	33909.32	07	L	25.448.080	1082
TOTAL					35.869.857	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III ANEXO		FL. 02 R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2129.02.00	Operações de Crédito Externas Vinculadas	36	22.031.180	1082
2211.03.00	Devolução de Capital Subscrito	25	5.846.900	1082
TOTAL			27.878.080	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
---------------------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
1113.02.00	Imposto s/Operações Relativas a Circ. Merc. e S/Prestação e Serv. de Transp. Interest. e Intermun. e de Comunicação	00	430.000	1082
1762.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	27.448.080	1082

TOTAL 27.878.080

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS	ANEXO V ANEXO	FL. 03 R\$ 1,00
----------------------------	------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4100	Secretaria de Estado da Educação			
4103	Superintendência de Educação			
1050	Projeto Expansão e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED			
950	Estado			
0005	Reformar Colégios de Ensino de 2º Grau (A)	25	5.846.900	1082
		36	30.022.957	1082

TOTAL TES. 35.869.857
O.F. 0

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 499/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que trata de matéria pertinente ao Tribunal de Contas. Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 238/98 relativo à Mensagem nº 025/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribu-

nal de Contas do Estado, que regulamenta disposições do Art. 78, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs. 243/98, Crédito Suplementar à Secretaria da Educação; 242/98, Crédito Suplementar à Sec. de Educação; e 241/98, Crédito Suplementar à Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 244/98, que concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Tage Gösta Teodor Karlsson.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 241/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 026/98 que propõe abertura de crédito especial ao orçamento da FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 241/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 026/98 que propõe ajuste no Programa de Obras da Secretaria de Estado da Educação/PROEM/BID.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 241/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 026/98 que propõe abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação/PROEM/BID.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, que efetue o desentranhamento do Projeto de Lei nº 114/98, o qual declara de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná os anexos ao Anteprojeto de Lei nº 238/98, iniciado por ocasião da Mensagem nº 025/98 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, anexos estes mencionados tanto na justificativa da indigitada Mensagem quanto no próprio corpo do anteprojeto de lei acima citado.

Na oportunidade, esclarecemos que o acesso à referida documentação é condição "sine qua non" de procedibilidade e análise do anteprojeto de lei mencionado, sem os quais a presença em plenário do Excelentíssimo Senhor Giovanni Gionédís, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda e Ilustre Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A, BANESTADO, para explicações sobre o porquê da necessidade de R\$4,1 bilhões para saneamento e privatização da instituição citada, perde o sentido.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM presença em Plenário, dos ilustres Senhores Domingos Murta Ramalho, Norton Macedo, Luiz Antônio Fayet e Heitor Wallace de Mello e Silva, todos na condição de ex-Presidentes do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, para esclarecer sobre o processo de endividamento da instituição, processo este que atualmente atinge seu ápice com a discussão, nesta egrégia Casa de Leis, com a Mensagem 025/98 do Excelentíssimo Senhor Governador de

Estado; Anteprojeto de Lei nº 238/98, que visa sanear o BANESTADO no sentido da sua privatização, processo este que exigirá, como anunciado pelo próprio Senhor Secretário de Estado da Fazenda, recursos da ordem de R\$4,1 bilhões.

Nestes termos, por essencial ao interesse público superior do Estado do Paraná o total esclarecimento das condições de saneamento da instituição, solicitamos sejam convidados a comparecer em plenário e prestar esclarecimentos todos os ex-presidentes do BANESTADO dos últimos oito (08) anos, de forma a tornar estreme de qualquer dúvida o processo de endividamento desta instituição.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Thiago Ravanello, ocorrido dia 16 de junho/98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 16 último, vítima de lamentável acidente, o jovem Thiago Ravanello, filho de José Ravanello, que contava com apenas 13 anos de idade.

O passamento do Thiago veio abrir enorme lacuna, não apenas entre seus familiares, mas entre seus inúmeros colegas.

O destino privou sua família e os amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Thiago.

Será grande o céu e a paz sobre Thiago Ravanello, e seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do jovem Thiago para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o

direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Thiago sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ravanello, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Mário Guarenghi, ocorrido na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Frederico Cantareli, 220, CEP: 80710-240, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Jacoboski, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Altino Jacoboski, do Município de Quedas do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o senhor Altino Jacoboski, do Município de Quedas do Iguaçu, deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Foi funcionário da prefeitura municipal por 28 anos, onde participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

O Município de Quedas do Iguaçu encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade, se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de

endereçar à família enlutada, em nome da Senhora Neuza Maria da Silva, à rua dos Angicos, nº 2138, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Drescher, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Antonio Afonso Drescher, do Município de São Jorge D'Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Antonio Afonso Drescher, deixou consternada toda a população de São Jorge D'Oeste.

Pioneiro no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizade, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Drescher e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Ribeiro Gomes, pelo falecimento do Sr. João Lourenço Ribeiro Gomes, ocorrido no dia 16 de junho do ano em curso.

Profundamente chocados lamentamos a súbita perda do amigo João.

Fica a saudade e a lembrança do homem íntegro, e companheiro, em nossos corações fica a dor da perda que durará para sempre.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Martins, pelo faleci-

mento do Sr. Ari Martins, ocorrido no dia 16 de junho do ano em curso.

Profundamente chocados, lamentamos a súbita perda do amigo Ari.

Fica a saudade e a lembrança do homem íntegro e companheiro; em nossos corações fica a dor da perda que durará para sempre.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Ivaí, pelo transcurso de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao excelentíssimo Senhor José do Carmo Lavagnoli Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Izidoro Camilo Foletto, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 02 de julho, o Município de Santa Isabel do Ivaí estará comemorando seu 46º aniversário de emancipação política.

O Município de Santa Isabel do Ivaí caminha a passos largos em direção ao seu objetivo maior, que é um desenvolvimento cada vez mais rápido para proporcionar a toda a sua população melhores condições de vida.

Apesar de todos os problemas surgidos, em Santa Isabel do Ivaí, o povo, juntamente com o Executivo Municipal está procurando superar as dificuldades com muito trabalho e espírito de confiança em Deus para amanhã de glórias.

Queremos nesta ocasião prestar também nossa homenagem a todos aqueles que de uma forma ou de outra ao longo desses anos têm se destacado na coletividade, contribuindo para o progresso e desenvolvimento de toda a região.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população de Santa Isabel do Ivaí, principalmente com os que acreditam que é somente com trabalho e muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro, construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia, pela passagem de seus 106 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Idevaldo Zardo Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Vanderlei Antonio Valério, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam a toda a população de Clevelândia as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população clevelandense, nesta significativa data da comemoração de seus 106 anos, queremos prestar, com esta proposição, nossa homenagem de gratidão e reconhecimento augurando um futuro pleno de realizações.

Clevelândia, que atualmente tem à frente de seus destinos, o Senhor Idevaldo Zardo, que conta com o total apoio de seus Vereadores, vice-Prefeito e munícipes vem desenvolvendo com eficiência tudo o que planejou anteriormente em benefício da população e para o constante progresso do nosso município.

Clevelândia pode orgulhar-se do seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascido ou vindos de outras plagas, pois, o município é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca.

A lei que emancipou Bella Vista (hoje Clevelândia) da tutela de Palmas tem o texto seguinte:

Lei nº 28 de julho de 1892:

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º - É elevado à categoria de Vila, com a denominação de Bella Vista, o povoado de Palmas do Sul.

Art. 2º - Os limites da nova villa ficam sendo os mesmos do districto policial existente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Instrução e Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 28 de julho de 1892, 4º da República. (I.S.).

Carta de lei pela qual o cidadão Governador do Estado manda executar o decreto do Congresso Legislativo elevado à categoria de Vila, com a denominação de Bella Vista o povoado de Palmas do Sul. Sellada e publicada.

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Instrução e Justiça, em 28 de julho de 1982.

O Secretário, João Ferreira Leite.

Para constar dos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passamos a transcrever o Hino de Clevelândia:

Letra: Marcelino Pontes

Música: Romeu Brunetti
oficializado em 1.939.

Clevelândia, longinquo recanto
de teus filhos, precioso agasalho.

Sob um manto de um céu de turquesa
És colméia de vida e trabalho.

Estrilho

Clevelândia, meiga terra
És um sonho que se faz
na riqueza de teus campos
na alegria dos trigais
que se estendem pelos vales
feito ouro, feito pão,
Com a bênção do Senhor
na tristeza do sertão.
Quando a aurora desponta
sorrindo
e os pinhais lacrimejam o orvalho
Teus filhos alegres contentes
buscam todos na vida o trabalho.
A teus filhos que haja harmonia
e o trabalho fecundo divisa
Tua grandeza progresso e futuro
desta fonte de vida precisa.
Quando longe te avisto sorrindo
minha alma alegre conduz
minhas preces à mãe padroeira
Virgem Santa, Senhora da Luz,
Clevelândia, longinquo recanto
desta nobre e feliz Paraná
és parcela do nosso Brasil
Mas tão linda, como outra não há.

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Major QOPM José Aparecido Fardin Rubira, alusivos a posse no comando do 10º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, no Município de Apucarana-PR, a realizar-se no dia 19 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao 10º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, sito a BR 376, Km 364, CEP 86800-000, Apucarana-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de congratulações ao Senhor Alfredo Nelson da Silva Baki, Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude de Curitiba, pelo excelente trabalho realizado à frente de suas funções como Representante do Ministério Público, apoiando e visitando diversas entidades Sociais, que prestam atendimento aos menores abandonados de Curitiba.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva ao presente, ao homenageado e ao Procurador Geral de Justiça.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à indústria SANBRA pela comemoração de 25º aniversário de instalação no município de Ponta Grossa, bem como a CEVAL que está incorporando a unidade acima referida.

A antiga SANBRA, hoje incorporada pela CEVAL, comemora 25 anos de instalação do complexo industrial de produção de óleo, farelo e outros produtos derivados da soja da unidade de Ponta Grossa. Em 1973 foi um marco histórico no âmbito do desenvolvimento da agroindústria no Brasil.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente da CEVAL (SANBRA): Vilmar de Oliveira Schurmann, a todos os dirigentes e funcionários da empresa, sito a Rodovia 376, Km 503, no Parque Industrial, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Koiti Shimohara, Presidente da ACEC - Associação Cultural e Esportiva de Cia-

norte, pelos 80 anos de Imigração Japonesa no Brasil, comemorando no último dia 18 de junho.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de São Jorge do Patrocínio, pela passagem de seu aniversário de emancipação política a ser comemorado no próximo dia 22 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Claudio Aparecido Alves Palozzi, Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164), ao Vereador Valdeci Alves Gaiola, Presidente da Câmara Municipal (Rua D.Manuel, s/nº) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Umuarama, pela passagem de seu aniversário de emancipação política a ser comemorado no próximo dia 26 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717- CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863) CEP 87502-080.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Antonio Leonel Poloni, DD Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando providências para a construção de um pavilhão para armazenamento de embalagens de agrotóxicos, em lugar estratégico, para atendimento à região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Presente requerimento visa atender solicitação formulada pelos Vereadores da Câmara Munici-

pal de Pato Branco, tendo em vista não existir na Região Sudoeste do Estado nenhum local adequado para o armazenamento de embalagens de agrotóxicos.

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, solicitando seja determinado estudo para isentar do pagamento de pedágio veículos que transportam mercadorias como óleo de soja, farelo de soja, assim como outros produtos pertencentes à cesta básica.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido reivindicações de vários segmentos da sociedade, especialmente do Senhor Jenyr Crestani, Diretor-Presidente do Grupo OLVEPAR de Clevelândia, um dos maiores contribuintes do ICM do Estado, bem como de inúmeros produtores rurais, para solicitar de V.Exa. determinar estudos para isentar do pagamento de pedágio veículos que transportam mercadorias como óleo de soja, farelo de soja, assim como outros produtos pertencentes a cesta básica.

A cobrança de pedágio para o transporte desses produtos acarretará, sem dúvida, aumento final ao consumidor elevando com isso, a taxa de inflação, causando também aumento à crise do desemprego que abala o nosso país.

Senhor Governador, os primeiros homens foram agricultores. Foi o seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim à agricultura. Não é sem razão, pois que ela é tida como a indústria-mãe.

A agricultura é aquela que mais puros prazeres deve proporcionar, pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a produção.

É importante lembrar, igualmente, que não se trata apenas de conquistar ou ampliar novas fatias do mercado de consumidores da mercadoria da cesta básica, mas, condições necessárias para que haja expansão da produção e também defender o nosso mercado interno, cada vez mais disputado por ofertas externas.

O consumidor continua se comportando cada vez mais como um cidadão que quer produtos de qualidade, com sanidade e com menores preços.

As oportunidades que se abrirão, caso possamos atender aos requisitos solicitados pelos produtores rurais, são amplas e promissoras que vale a pena um estudo cauteloso por parte do governo.

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio urgente de Ofício ao Governador do Estado do Paraná - Sr. Jaime Lerner, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná - Coronel QOPM Luiz Fernando de Lara, no sentido de que seja criada no 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava, uma Companhia de Policiamento hipo-montado; objetivando a melhoria e intensificação do policiamento ostensivo naquela cidade.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Companhia de Policiamento Hipo-Montado, no 16º Batalhão de Polícia Militar, em Guarapuava, proporcionará um significativo aumento na eficiência do policiamento ostensivo prestado por aquela Corporação.

O uso de equinos pelas Polícias de várias partes do mundo, e especificamente no Brasil, tem demonstrado bons resultados no aumento da eficiência e do controle da criminalidade.

É oportuno ressaltar que o policiamento montado possibilita o acesso dos policiais em locais de topografia acidentada, como: montes, escadarias, favelas, riachos, etc, além do que inibem ações de grupos de pessoas, que estejam em confronto à ordem pública e à lei, colaborando com o controle de tumultos e/ou congestionamentos públicos.

Estados como São Paulo e o Rio Grande do Sul, têm descentralizado o Policiamento Montado, beneficiando com esta modalidade, muitas das suas comunidades do interior.

Paralelamente, além dos benefícios diretos que este tipo de serviço policial promove à PM e à comunidade, tem-se o fato da possibilidade de uma integração maior da Corporação com a sociedade; possibilitando a participação desta em trabalhos de parcerias, nos quais os equinos são peças fundamentais. Ex.: aulas/treinamento para jovens carentes e/ou com problemas de saúde. O contato com os cavalos tem dado grandes respostas, e a PM tem realizado um bonito trabalho neste campo social em alguns lugares.

A equipagem portanto, com o policiamento Hipo-Montado do 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava, será um avanço técnico das ações policiais militares na cidade e região.

O 16º Batalhão de Polícia Militar de Guaruapuava, possui inclusive, um projeto pronto, para a implantação da sua Companhia de Policiamento Montado.

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, no qual solicita a construção de um novo trevo no cruzamento das Pr 486 e 323, no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação deve-se ao fato de que o trevo existente não possui condições de segurança para tráfego.

Nos últimos meses ocorreram vários acidentes graves, em decorrência das péssimas condições que se encontra o citado trevo.

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Geni Ana Sprada, residente à Rua da Pedreira nº 265 - Bairro Campo Pequeno, a qual pede que o caminhão de lixo realmente passe às quarta-feiras e sábados nessa rua como foi determinado. Pede também que os funcionários recolham todo o lixo acumulado, o que não vêm ocorrendo. Devido o fato de todo o lixo não ser recolhido, o mesmo fica pelas ruas, causando muita sujeira e mau cheiro. O pedido está sendo feito em nome de todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Luíza da Silva, residente à Rua Rio Madeira nº 653 - Jardim Esmeralda, a qual requer a retirada da terra que fechou a valeta existente em frente e ao lado de sua residência. Devido ao aterro de um terreno localizado ao lado do endereço citado, a valeta foi fechada, impedindo o escoamento do esgoto da rua,

causando um mau cheiro insuportável. O pedido está sendo feito em nome de todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Cajuru, os quais pedem policiamento ostensivo, principalmente nas ruas Maceió e Niterói, devido aos vários assaltos à mão armada que vêm ocorrendo nesse local. Dia 12/06 do corrente fomos informados que o estudante Alexandre José Ricatti foi assaltado na volta das aulas conforme Boletim de Ocorrência 6354/98. O mesmo estudante já foi assaltado neste local em outra oportunidade.

O local necessita urgentemente de policiamento ostensivo, sendo mais intensificado à noite em horário de término das aulas.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Aparecida da Silva, residente à Estrada da Pedreira, nº 251 - Jardim Santa Úrsula, a qual pede que os funcionários do caminhão de lixo que passa às quarta e sextas-feiras apanhem o lixo dos dois lados dessa rua. Ocorre que às quarta-feiras eles apanham o lixo de um lado da rua e nas sextas-feiras do outro lado. Seria mais eficiente se passasse uma vez e apanhassem todo o lixo acumulado. O lixo fica acumulado pelas ruas e causando muitos transtornos para todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado pedido de informações à Direção do BANESTADO, a respeito do andamento do que se refere à devolução da diferença entre o valor securitizado da primeira par-

cela já paga pelos produtores e o recálculo, tomando por base o contrato original pela equivalência milho. A primeira informação é de que a devolução deveria ser efetuada em janeiro de 98, o que não ocorreu. Posteriormente, a informação de que a demora se estenderia até o mês de março próximo passado, o que acabou não ocorrendo, nem mesmo o novo cálculo.

Como a situação permanece indefinida até hoje, conforme atesta ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques e de outros municípios.

As reclamações estendem-se porque o Banco não vem fornecendo aos produtores os extratos gráficos dos débitos antes da securitização e o recálculo das próximas parcelas, bem como outros documentos que são importantes aos senhores produtores.

Estas são as razões do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Eduardo Sciarra, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, fazendo os questionamentos abaixo expostos:

01 - Foi firmado convênio entre esta pasta e a Associação Náutica e Recreativa de Terra Roxa?

02 - Se firmado, qual o valor total do convênio assinado entre as partes?

03 - Qual o valor e data do repasse feito por esta pasta para a associação de Terra Roxa?

04 - Se o pagamento foi feito em parcelas, qual a forma usada, e quanto falta para ser repassado à associação?

Nestes termos pede o deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, a matéria intitulada "A campanha de amor à cidade precisa ser permanente", veiculada no jornal Diário da Manhã do dia 21/06/98.

Em anexo segue cópia da matéria acima referida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao jornal Diário da Manhã, em nome

do Diretor: Adail Inglês; Gerente Comercial: Floriano Maichaki; Chefe de Redação: José Rocher, do Jornalista Gonçalves de Castro, sito na Rua Balduino Taques - 890, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 244/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tage Gösta Teodor Karlsson, 1º Presidente da VOLVO do Brasil e precursor da indústria automobilística no Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Tage Karlsson, nascido na Suécia no dia 03 de junho de 1926, é casado com a Senhora Maj-Britt. O casal tem 03 filhos, uma nora brasileira - Leticia, sendo que 02 de seus netos são brasileiros;

Foi o 1º Presidente da VOLVO do Brasil, portanto o percursos da indústria automobilística no Paraná, comandando a instalação da Cidade Industrial de Curitiba, na época, projeto revolucionário do então Prefeito Jaime Lerner;

Começou a trabalhar na Divisão de Engenharia da VOLVO em Gutemburgo - Suécia, em 1954; De 1958 a 1961 trabalhou na VOLVO dos Estados Unidos;

Em 1969, foi promovido a Engenheiro Chefe e em 1971 a vice-Presidente de Divisão;

Em 1974 exerceu a vice-Presidência da Divisão de ônibus da VOLVO-Suécia;

De 1972 a 1974, liderou o Grupo de Estudos do mercado brasileiro;

Em 1974 veio para Curitiba-PR e encontrou-se com o atual Prefeito de Curitiba - Engenheiro Cássio Taniguchi que na época, era Chefe da URBS. Das negociações resultou a escolha de Curitiba para a localização do Projeto VOLVO do Brasil;

Em Junho de 1976, foi indicado pela Suécia como chefe do projeto VOLVO no Brasil, o qual foi aprovado pelo governo brasileiro no fim de 1976;

Em outubro de 1977, após ter formado o Grupo de Trabalho, mudou-se para Curitiba, ocasião em que a VOLVO, assessorada pelo engenheiro Tage, acreditando no potencial paranaense e no pro-

missor futuro da Cidade Industrial, ali adquiriu terreno para a implantação da sólida VOLVO;

Como Diretor-Presidente da VOLVO do Brasil, comandou a implantação das instalações industriais, bem como de toda a organização necessária para as operações no Brasil;

A execução da implantação da fábrica e o início das operações, no final de 1979, foram executados dentro do cronograma e orçamento pré-estabelecidos no projeto apresentado às autoridades brasileiras;

Atualmente está aposentado exercendo serviços de assessoria com escritórios em Portugal, Bélgica e Suécia.

PROJETO DE LEI Nº 245/98
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa "Nenhuma Criança fora da Escola," na forma desta lei.

Art. 2º - O programa constituir-se-á de medidas que possibilitem a todas as crianças em idade escolar freqüentar a escola fundamental, substituindo o trabalho infantil por uma complementação de renda.

Art. 3º - Em cada município o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente organizará cadastro de famílias com crianças em idade escolar que estão fora da escola.

Art. 4º - As famílias de crianças nas condições do art. 3º receberão, a título de complementação de renda, uma cesta básica de alimento no valor de 1/3 do salário mínimo para cada criança que passe a freqüentar a escola.

Art. 5º - A cada mês, por declaração do direito do estabelecimento escolar que a criança freqüenta, atestando presença superior à 75% dos dias letivos, a família terá o direito de retirar a cesta básica.

Art. 6º - Caso a criança deixe de freqüentar as aulas por 5 dias consecutivos, ou alternados, a diretora do estabelecimento deverá, em 3 dias, comunicar ao Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - O Conselho deverá, no mesmo prazo, dar ciência do fato ao MP.

Art. 7º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) SÉRGIO SPADA

PROJETO DE LEI Nº 246/98
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida isenção do pagamento da tarifa de pedágio, aos veículos de propriedade de entidades declaradas de Utilidade Pública Estadual pelo Paraná, devidamente registrados em nome das beneficiadas junto ao DETRAN.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As entidades declaradas de Utilidade Pública Estadual, são de caráter social e sem fins lucrativos, tendo por finalidade o auxílio e proteção dos menos favorecidos, razão pela qual justifica-se o projeto, uma vez que transportam doações, menores carentes, deficientes e idosos, sendo que o pagamento do pedágio oneraria as entidades, de vez que na maioria são escassos os recursos, sobrevivendo estas da benevolência da sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 247/98
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Sol de Maio, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro Sol de Maio, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade congregar os moradores e amigos do bairro e outros que venham integrar a Entidade, apoiando e lutando pelos seus legítimos direitos e aspirações, estimulando o espírito de solidariedade dos moradores, associados ou não, visando a atenção de melhores condições de vida aos moradores do território jurisdicionado, promover atividades culturais, educacionais, de saúde e do lazer, realizar serviços de assistência e cooperação, desenvolver trabalhos em favor de creches, clubes de atendimento a infância, adolescência e 3ª idade, razão pela

qual solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 248/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia Nacional do Detetive Profissional, a ser comemorado anualmente, no dia 13 de junho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva atender aos apelos constantes dos detetives de todo o País, no sentido de ser instituída data comemorativa da classe de detetive profissional.

A escolha da data de 13 de junho para o Dia Nacional do Detetive Profissional justifica-se por ser o dia do aniversário do ilustre mestre criador e fundador do Conselho Federal dos Detetives Profissionais (CFDP) e da Associação Brasileira dos Detetives Profissionais (ABDP), entidades que pela sua natureza testemunham o esforço da classe em se projetar dentro da sociedade como órgão legítimo e credenciado pelos trabalhos realizados no campo da informação atualizada, da investigação técnica, da elaboração de laudos e pareceres fidedignos.

Esta homenagem tem seu lugar nas comemorações do Mês de "Águia", um símbolo que representa a sabedoria e o gênio.

Ao postularmos a instituição do dia 13 de junho, reconhecemos a profissão como corporificação específica dos direitos individuais, pois a Constituição Federal determina a liberdade do exercício de qualquer trabalho no artigo 5º, inciso XIII. Que a nossa homenagem seja entendida como afirmação de que "é livre o exercício, de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

PROJETO DE LEI Nº 249/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Executivo a criar o Conselho Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho, órgão destinado a dar sugestões, pareceres, efetuar auditorias, promover e sugerir ação civil e criminal

da prevenção de acidentes do trabalho, bem como assuntos, fatos, ou situações que denegirem a imagem e segurança no trabalho.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos:

- 1 - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- 2 - Representante dos Conselhos Municipais de Segurança e Saúde no Trabalho;
- 3 - FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat de Figueiredo;
- 4 - Sindicato dos Técnicos em Segurança no Trabalho do Paraná;
- 5 - Associação dos Engenheiros de Segurança do Trabalho;
- 6 - Associação dos Médicos em Segurança do Trabalho;
- 7 - Representante das Federações de Trabalhadores através de seus SESMTS legalmente constituído perante o MTB;
- 8 - Representante da OAB-PR;
- 9 - Representante da SOBRASP - Sociedade Brasileira de Segurança Patrimonial;
- 10 - Representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- 11 - Representante da Previdência Social (Setor de Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho);
- 12 - Representante de Sindicatos Patronais e dos Empregados;
- 13 - Representantes do Tribunal de Justiça do Paraná;
- 14 - Representante do Ministério Público do Paraná;
- 15 - Representante da Justiça da Infância e da Juventude;
- 16 - Representante do Ministério do Trabalho.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho terá as seguintes atribuições:

a) discutir a amplitude de responsabilidade civil e criminal na envolvimento dos acidentes do trabalho acontecidos na capital e municípios do Estado do Paraná, sugerindo as ações jurídicas cabíveis, bem como aplicação dos conhecimentos de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos existentes à saúde do trabalhador;

b) colaborar, promover, efetuar convênios quando solicitados, nos projetos e na implantação de campanhas orientativas e esclarecedoras sobre Segurança do Trabalho;

c) orientar, dar apoio às organizações empresariais para implantar ou manter organizado seu SESMT - Serviço Especializado Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho bem como as CIPAS - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho;

d) receber denúncias no tocante às negligências e desrespeito às Normas regulamentadoras que regem a Segurança no Trabalho e do Trabalhador, exercendo papel fundamental de sugerir e acompanhar a fiscalização do Ministério do Trabalho;

e) esclarecer e conscientizar empregadores, empregados e sociedade em geral sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, estimulando-os em favor da prevenção;

f) manter de forma permanente, relacionamento com todos os seguimentos de meio, para subsidiar informações estatísticas constantes dos acidentes, suas gravidades e procedimentos adotados após o acontecimento, e, conseqüentemente ser mais uma opção para fins de estatísticas atualizadas da região de atuação do Conselho;

g) promover anualmente, a SEPAT - Semana Estadual de Prevenção de Acidentes do Trabalho, visando, através da integração ampla, levar à sociedade em geral e não somente ao trabalhador, a conscientização de prevenção de acidentes do trabalho;

h) manter um canal denominado "Alô Acidentes do Trabalho" para receber denúncias da omissão de prevenção ou acidentes graves acontecidos, para, após apreciação jurídica, sugerir os registros cabíveis em delegacias e promover a defesa civil em prol de indenizações ao trabalhador e seus dependentes;

i) fornecer assistência e informações aos micro empresários;

j) promover palestras, seminários e cursos de Segurança do Trabalho aos segmentos interessados da sociedade;

k) desenvolver trabalhos em sintonia com os SESMTs - Serviço Especializado de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho das Prefeituras.

Art. 4º - A função do membro do Conselho Estadual de Segurança do Trabalho, será exercida "PRO-HONORE", sem qualquer ônus para o Estado.

§ 1º - Os funcionários necessários ao funcionamento do Conselho poderão ser solicitados ao Legislativo e ao Executivo Estadual.

§ 2º - O Conselho terá os trabalhos coordenados por um Presidente, um Secretário, uma Secretária, e demais representantes listados no item da "composição".

§ 3º - O Conselho se reunirá e desenvolverá seus trabalhos em sala que lhe for destinada pelo Governador.

Art. 5º - Dentro de 30 dias da publicação desta lei, uma vez nomeado o seu Presidente por indicação e votação do Plenário da Assembleia Legislativa, o Governador solicitará aos órgãos integrantes do Conselho que indiquem seus representantes.

Parágrafo Único - De posse das indicações, o Governador, contando com a coordenação do Presidente nomeado, convocará uma reunião para eleição do vice-Presidente do Conselho.

Art. 6º - Dentro de 60 (sessenta) dias após as indicações, o Conselho elaborará seu regimento interno.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 250/98

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação da Criança e do Adolescente de União da Vitória - ACAUVA, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Criança e do Adolescente de União da Vitória, em função dos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade desde a sua fundação, em setembro de 1.993. A ACAUVA, entre outras coisas, promove o encaminhamento social das crianças e adolescentes, através do desenvolvimento de atividades sócio-pedagógicas com o objetivo de retorno à escola regular, socialização e aplicação da Metodologia da Educação pelo Trabalho.

Além de assegurar a freqüência às Escolas de 1º Grau, a ACAUVA auxilia crianças e adolescentes no reforço escolar e preparação para o trabalho, através das Oficinas de Iniciação ao Trabalho, e do fortalecimento da convivência social e harmoniosa. Durante o ano de 1.997, a ACAUVA atendeu mais de 3.700 crianças e adolescentes que também já estão sendo integrados aos programas desenvolvi-

dos pelo Governo do Estado, como o Projeto Pia no Ofício, por exemplo.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A sessão, no Pequeno e Grande Expedientes, está destinada às explicações dos responsáveis diretos e indiretos pela administração do BANESTADO, com referência ao Projeto de Lei nº 238/98.

Concedo a palavra para uma explanação ao Secretário Miguel Salomão. Logo após falará o secretário Giovani Gionédís e em seguida os Senhores Deputados poderão dirigir as perguntas aos Secretários.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É sempre uma honra comparecer à Casa onde a democracia encontra a sua essência, que é o livre debate de idéias, e onde as leis são feitas para representar o efetivo interesse popular. Sempre digo que, cada vez que venho a essa Assembléia, tenho certeza que estou contribuindo para a prática da democracia, para a busca da verdade e para a defesa dos legítimos interesses da população do Paraná.

Quis o destino que eu fosse testemunha ocular e profissional, diria até operador da história que envolveu o Sistema Financeiro Estadual nos últimos 30 anos.

Assumi no Banco Central em 1.967, quando se instalou aqui em Curitiba a Delegacia do Banco Central. E desde então, acompanhei a história do nosso Sistema Financeiro, de maneira muito profunda, até por dever de ofício. É importante lembrar, que o que vou dizer - não é por ouvir dizer, não é porque fui submetido a um processo de convencimento através de argumentos de terceiros - é a minha profunda convicção de alguém que só tem compromisso com o Brasil, com o Paraná, com o povo brasileiro, e que não tem nenhuma motivação de caráter econômico, de caráter político, de caráter familiar, para vir aqui distorcer a verdade. Posso sim, claro, como é próprio do ser humano estar enganado, mas o engano só pode ser desfeito pela apresentação da verdade, com fatos mais convincentes, mais verdadeiros.

A história do Sistema Financeiro Estadual é um pouco a história da busca de um modelo de desenvolvimento para o nosso País. Sabemos que após a revolução de 64, houve uma reestruturação profunda no Sistema Bancário Brasileiro, foi criado o Banco Central com a finalidade de pôr fim à inflação e foi estabelecido...

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de solicitar e me permitir a essa, talvez, indelicadeza ao Secretário Miguel Salomão. Como de praxe, os senhores vão ter aí quase 60 minutos para expor os problemas do Banco do Estado, e há uma série de perguntas, questionamentos que os Deputados devem fazer, e gostaria que o Dr. Miguel Salomão e o Secretário Giovani Gionédís, pudessem ser um pouquinho mais objetivos e explicar como que da última lei, que foi aprovada aqui na Assembléia, que já tivemos a oportunidade de discutir, que foi no dia 16 de dezembro, que veio com um bilhão, setecentos e oitenta e seis, passamos para quatro bilhões e cem; vamos fazer esse debate um pouco mais franco, um pouco mais aberto, sem que a gente ficasse sob critérios ideológicos, quem é a favor de privatização ou não. Então, vamos direto ao assunto, porque seria mais para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não procede a questão de ordem. O Secretário Miguel Salomão prossegue com a sua explanação.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Tivemos uma grande reforma no sistema financeiro em 1964. E sobreveio com o Regime Militar a economia centralmente dirigida. Grandes linhas de repasses estavam no chamado orçamento monetário e permitiam ao Banco Central e ao Banco do Brasil utilizar toda a rede de bancos estaduais para financiamentos de longo prazo. Lembro-me que, só no orçamento do Banco Central havia cerca de 400 programas e subprograma de fomento e a nossa delegacia em Curitiba era a delegacia do Banco Central um banco de fomento. Mais da metade dos funcionários da delegacia passavam o dia inteiro refinanciando operações de crédito rural, de crédito agroindustrial para os bancos estaduais.

Naquela época todo o risco do fomento recaía no Governo Federal, no chamado orçamento monetário. Isso durou até 1986. Veio o "Plano Cruzado", foi a primeira tentativa de estabilização e, acabou a conta movimento no Banco do Brasil e no Banco Central, fechou-se tudo pelo qual soma extraordinários recursos que vinham do Governo Federal para os bancos estaduais. O fechamento da conta movimento significou o fim do orçamento monetário, que, ao lado do orçamento geral da união, garantia recursos para linhas de fomento. O Governo Estadual da época ao perder a possibilidade de linhas de fomento utilizou o Banco do Estado como uma fonte de captação de recursos no mercado interbancário. Graças a essas captações o BADEP teve uma sobrevida de mais três anos.

Por que? Porque o Banco do Estado passou a ser o grande financiador do BADEP, já que as linhas de redescontos haviam secado; já que o FDE que era

a sustentação do BADEP desde o Governo José Richa não recebia nenhum ICMS, nenhum repasse do ICMS que, segundo a lei do Governador Ney Braga fez, 1%, depois mais 1% dessa arrecadação de impostos estaduais tinham que ir para o FDE. E, foi com isso que foi financiado a C.I.C. só que a C.I.C. gera 200 milhões anuais de ICMS, mas nunca, desde o Governo José Richa se colocou dinheiro do ICMS no FDE.

Então, o BADEP sem o dinheiro do FDE e sem os repasses do orçamento monetário, de lá para cá, estão aqui diretores do Banco do Estado, funcionários antigos tenho certeza que irão lembrar, daquela época para cá o BANESTADO tornou-se dependente de um remédio muito perigoso. Captações de curto prazo, com CDB, com CDI para sustentar inadimplências, para sustentar operações de longo prazo. Enquanto as taxas de juros não eram muito altas essa situação não aparecia com tanta força. Após o "Plano Real" a taxa de juros em termos reais, tornou-se a mais alta da nossa história. Todo mundo sabe que o que se paga hoje é juro, não tem correção, e é muito pesada essa conta, é evidente que, taxas de juros mais altas pioram a qualidade dos créditos bancários. Os bancos não conseguem receber de sua clientela, porque a clientela não consegue vender e ter lucros para pagar o banco, e por outro lado, o banco torna-se dependente de uma captação do mercado interbancário a juros que são pela política monetária usados como instrumentos muito drásticos para controle da inflação e para atrair dólares.

A reflexão que podemos fazer hoje, é se caberia ao Poder Público, ao Governo, colocar o dinheiro do ICMS, do IPVA, o dinheiro que é "sagrado" para a educação e para a saúde, como reserva para atender perdas no mercado, que hoje no mundo é o mercado de mais alto risco de maior competitividade. O Mercado Financeiro hoje no mundo, após a globalização do fluxo de capitais é o mercado onde se pode ganhar ou perder, da noite para o dia, somas fantásticas. Não é função do Estado arriscar o dinheiro dos seus contribuintes em empreendimentos de risco, onde a competitividade é extremamente acirrada, onde o concorrente público não dispõe da liberdade de ação, não dispõe dos meios para concorrer em pé de igualdade. Sabem também os que trabalham na captação do BANESTADO, aqueles que têm que atrair os grandes Fundos de Pensão, os grandes Investidores para aplicar, como é difícil você concorrer com banco privado que tem a liberdade de fazer o assédio aos investidores, vamos dizer: a sedução do investidor para o seu banco, com uma liberdade muito maior de ação e de argumentos, do que o setor público. O Setor Público é obrigado pela Lei nº 8.666, para comprar um computador fazer uma licitação, para contratar um

empregado fazer concurso, ele não tem a mobilidade, a agilidade que tem o setor privado.

De modo que a minha convicção é que estamos nesse momento correndo um risco muito grande se continuarmos nesse mercado comercial, de banco comercial, que está hoje fortemente atacado por movimentos especulativos.

Ainda hoje, na coluna do Fábio Campana, na "Gazeta do Povo", naquele fecho: "A boa notícia e a má notícia". Começa na má notícia a declaração do Diretor do FMI, o grande columnista Stanley Fischer, dizendo que o "Real" não está de forma nenhuma a salvo de um novo ataque especulativo e, se isso acontecer a reação do Brasil terá que ser mais uma vez elevar as taxas de juros. Se o Banco do Estado estiver envolvido neste ambiente competitivo, de violenta luta e disputa por clientela, o Tesouro do Paraná que é o responsável pelo banco terá que cobrir todas as perdas que se possa ter nesse mercado.

Então, como filosofia, como regra, precisamos voltar ao velho e bom sistema de fomento, que foi montado com o FDE e que tinha também no Orçamento Monetário e não tem mais, ou seja, precisamos de uma agência de fomento que tenha dinheiro. Não dinheiro captado nesse mercado doído, maluco, mas um dinheiro que venha de impostos ou de fundos federais, para darmos ao nosso pequeno empresário, ao nosso médio empresário, um dinheiro com tempo e com custo compatíveis com o seu crescimento empresarial. Não podemos enganar esse pequeno empresário dizendo: "o dinheiro que estou te emprestando é bom". Se não estou pegando dinheiro bom, estou pegando um dinheiro caro, que pode dobrar, do dia para a noite, na sua taxa de juros e, de repente eu ter que executar, ou cobrar em juízo um crédito dado a um pequeno empresário, um médio empresário executando as garantias, porque não tenho mais alternativa. Temos que voltar a fazer um fomento responsável.

Quando houve em 1986 o fim da conta movimento e crise geral do BADEP, BANESTADO, felizmente nesta Casa de Leis, houve um gesto extraordinário lucidez e bom-senso, foi a Lei 9882, chamada a "Lei Aníbal Khury", que permitiu retomar o fomento com dinheiro bom, o chamado "ICMS Novo". O ICMS que não temos, mas que teremos se vier para cá uma indústria. Foi essa a Lei que substituiu aquela parafernália financeira que tínhamos e que estava em crise no final dos anos 90.

A "Lei Aníbal Khury" é de 1992, deu origem ao bom emprego fiscal, hoje, "Paraná Mais Empregos" e tem sido o instrumento primordial para transformarmos a economia do Paraná. "E nessa linha que temos que seguir: "fomento se faz com recursos fiscais", não se faz endividando o banco

estadual, na praça e no mercado, sem ter certeza de quanto vai custar esse dinheiro e qual o grau de pressão que o Banco Central vai colocar em cima desses bancos.

Agora, isso tudo que estou falando, são histórias antigas.

Tenho aqui um documento importante, chamado "Bancos estaduais - experiências e perspectivas - Seminário Internacional". Esse Seminário foi realizado pelo Banco Central nos dias 14 e 15 de maio de 1992 e entre outras intervenções, tem a do senhor economista Pécio Arida que foi o primeiro diretor da área bancária do Banco Central, depois presidente e diz aqui com todas as letras: "Tive a honra de servir como diretor da área bancária entre maio de 86 e janeiro de 87", (foi quando ele fez o "Plano Cruzado").

Como os Senhores bem sabem, o controle dos bancos estaduais, afetou diretamente a minha diretoria, foi um dos problemas mais difíceis enfrentados pelo Banco Central naquela ocasião. A perda da receita de "flowding" e a contração da margem financeira ocasionadas pelo "Plano Cruzado", tornaram imperioso que se reduzisse as despesas de pessoal, item maior de custos em qualquer prestador de serviços financeiros. Essas dificuldades foram partilhadas pelas demais instituições financeiras tanto federais como o Banco do Brasil que deixou pela primeira vez em sua história, de ser "emissora de moeda", com o fim da conta movimento. Mas enquanto as instituições privadas não tardaram a adaptar-se, os bancos estaduais foram, com poucas exceções, letárgicos e terminaram por escorar-se na legislação que impede demissões nos meses que antecedem eleições. É de supor que o ajuste fiscal preferido pela equipe econômica naquela ocasião tivesse sido concretizado, as dificuldades observadas no sistema de bancos oficiais e em especial, os bancos estaduais, teriam sido maiores ainda. É comum circunscrever os desajustes dos bancos estaduais à expansão monetária causada pelos saques a descoberto, na conta de reservas bancárias. A experiência de 86 no entanto, sugere que o saque a descoberto é quase sempre a etapa final de um processo caracterizado pela gestão populista nas operações creditícias, por descasamentos irresponsáveis nas operações de tesouraria...

Bom, não vou ler mais, mas vou dizer que o problema do descasamento é muito antigo. Quando acabou a conta movimento, acabou o orçamento monetário, deveríamos de imediato, ter buscado a "Lei Aníbal Khury", aquela que só veio em 92, uma fonte para fomento que não fosse o dinheiro captado no mercado. O Banco do Estado desde então, tem sido vítima de um processo, tem sido vítima da necessidade de ir ao mercado buscar dinheiro caro

para resolver problemas da reestruturação do sistema de fomento.

Quando assumimos o governo em 95, esse problema foi detectado e por iniciativa do Presidente Fayet fomos ao Banco Central, entregamos ao Presidente Pécio Arida do Banco Central uma carta em que dizíamos da nossa intenção de fazer o máximo esforço para resolver esses problemas. Por que? Porque não havia em 95, o mecanismo que existe hoje. Essa medida provisória de amparo à proposta que hoje os senhores irão analisar, está na sua reedição nº 25. Significa que ela existe há 25 meses. Essa medida provisória nasceu em maio de 96. Entre janeiro de 95 e maio de 96 não havia um único instrumento dado pelo governo federal, que viabilizasse para os Estados, uma saída honrosa para aquela crise histórica do seu sistema financeiro. O que é uma saída honrosa? Uma saída que não seja, da noite para o dia, deixar o depositante com seu dinheiro bloqueado, uma saída que não seja, da noite para o dia, deixar funcionários do banco que colocaram ali a sua vida e a sua carreira na condição de demitidos por um interventor qualquer do Banco Central. De maneira responsável, seria assegurar que o Tesouro do Estado que tem seu dinheiro depositado no banco, não ficaria com o seu dinheiro bloqueado. Buscamos, de janeiro de 95 a maio de 96, um mecanismo próprio nosso. Fizemos a campanha "Mostre o seu Valor". Captamos 200 milhões em julho de 95 com o apoio do funcionalismo, mas bastou uma notícia - me perdoem a expressão - de nenhuma importância, de que havia uma auditoria do Banco Del Paraná no Paraguai para que se provocasse um stress muito grande em toda a sociedade paranaense, na imprensa, nos meios políticos, que obrigou até e viemos aqui a convite do Senhor Presidente, eu e o Fayet numa sessão secreta, para explicar que não tinha nada no Banco Del Paraná, que estava tudo bem, aliás, o Banco Del Paraná é desde aquele momento para cá uma história de sucesso.

Pois bem! Mas aquele stress, aquele debate, aquela sessão secreta, o Presidente Aníbal Khury com muita inteligência, em vez de CPL, como se pedia, fez a sessão secreta, os senhores deputados tiveram esclarecimentos, e o assunto morreu. Mas, aquilo custou a perda de 200 milhões de depósitos que a campanha, "Mostre seu Valor", havia conseguido.

Não estou aqui recriminando ninguém. Ninguém mais do que admira o Poder Legislativo, o livre debate de idéias, vítima que fui da ditadura, preso político que fui, não teria nenhuma razão para não ver em cada um dos Deputados aqui presentes, independentemente de partido, um aliado da democracia, um aliado do povo.

Então, estou falando sem nenhum intuito de buscar culpado, estou constatando métodos e formas de aplicar o dinheiro público num sistema financeiro, quando se sabe que o sistema financeiro, pela sua própria natureza, tem no sigilo bancário, na fiscalização do Banco Central, regras que têm que ser, de alguma forma, compatibilizadas com a transparência e clareza que se exige de tudo aquilo que é público.

Então, o que aconteceu é que efetivamente, quando veio em maio de 96 a Medida Provisória 1590, que hoje é essa que está aqui, o Banco Central e o Governo Federal reconheceram que tinham uma enorme responsabilidade no tamanho dos prejuízos acumulados pelos Estados em seus Bancos, porque quem fixa a taxa de juros, quem eleva a taxa de juros do dia para a noite, como aconteceu em 31 de outubro, e aqui começo a responder ao Deputado Vanhoni, em 31 de outubro de 97, houve um ataque contra a Coréia, e o Brasil foi atacado, perdeu 8 bilhões de dólares de reserva em uma semana. Imediatamente, o Banco Central, no dia 31 de outubro, passou a taxa do "overnight", de 20 para 43%, imediatamente o Banco do Estado passou a acumular um prejuízo diário de 2 milhões de reais, para captar os recursos necessários.

Então, o que está acontecendo, é que cada vez que se fotografa o sistema financeiro, a fotografia é diferente, é bastante nítida nesse momento, a instabilidade da taxa de juros, a instabilidade dos mecanismos e financiamentos no interbancário. E o nosso banco tem a oportunidade de assegurar a sua perpetuidade dos empregos, das suas agências, conseguindo um dinheiro bom, barato, a prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano, para começar vida nova, ainda que não seja sobre o controle do poder político do estado, mas sobre o controle, efetivamente, daqueles que são os verdadeiros donos do banco, que são os seus depositantes, os seus funcionários.

É errado dizer que o banco é um patrimônio dos seus devedores. Não é! O banco é um patrimônio dos seus depositantes e daqueles que depositam ali o seu trabalho, a sua vida, que é o seu funcionalismo. A perpetuação do banco passa pelo saneamento, o saneamento passa pela busca de dinheiro barato, a longo prazo, e o único dinheiro barato, a longo prazo que existe neste momento no país, é dado pelo Governo Federal como uma espécie de meia-culpa, porque o Governo Federal é que conduz a política monetária, que quer os bancos gerando inadimplência na clientela.

Essa meia-culpa do Governo Federal, se não aceitarmos, - desculpem-me, Senhores Deputados, - estaremos evidentemente sendo os camicases menos inteligentes, porque é se matar por uma guerra perdida.

Acho que temos que aproveitar a oportunidade, reconstruir o sistema de fomento, e achar, graças a Deus, o financiamento barato, bom, para cobrir 30 anos de perdas em mecanismos de fomento, em operações que em nenhuma forma foram rentáveis. O suficiente para que o Banco pudesse cobrir o seu custo.

Senhor Presidente, muito obrigado. Fico à disposição, sobre uma pergunta do Deputado Vanhoni, só lembrar o seguinte, a proposta que apresentamos de saneamento, ela tinha um prazo, 5 de dezembro de 97. Os Estados que não apresentassem até 5 de dezembro de 97, proposta de saneamento sem privatização, ficaria só com uma alternativa, que é a privatização, cujo prazo era 31 de março.

Quisemos ter as duas alternativas na mão, para negociar com o Banco Central.

Então, garantimos com aquela primeira lei que o saneamento sem privatização fosse viável o fariamos, não perderíamos a oportunidade.

Mas, naquela época os dados disponíveis, Senhores Deputados, eram os dados de julho, agosto. A crise da Coréia veio em outubro. O mercado financeiro de 31 de outubro para cá foi totalmente outro, os custos absurdamente altos, a inadimplência, muito maior.

Então, aqueles números, agora levantados de novo, mostram que efetivamente é necessário para o saneamento sem privatização uma soma de recursos muito mais alta do que aquela que se supunha. Essa é a explicação para a diferença de valores. Agora, além disso com a privatização somos obrigados a garantirmos o futuro do fundo de previdência do BANESTADO, não podemos deixar isso por conta do novo proprietário do Banco, isso é um compromisso de honra do Governo do Paraná e até esse dinheiro nos empresta, nos empresta o dinheiro para garantir que os companheiros bancários que contribuíram anos a fio para o seu fundo de previdência, não vão ficar desamparados. É claro que com isso cresce o valor de operação, mas tem um nítido sentido social, tem um nítido sentido de respeito ao funcionalismo do Banco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a explanação do Secretário Salomão, a Mesa dispensa a explanação do Secretário Giovani, e atende, em partes, a solicitação do Deputado Vanhoni.

Vamos para o debate propriamente dito.

De acordo com o § 2º, Artigo 92, aliás, 99 do Regimento Interno, os Senhores Deputados terão 5 minutos para perguntas e o Secretário terá 5 minutos para a resposta.

Primeira pergunta é dirigida pelo Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES

Secretário Giovani Gionédís, queríamos saber o que vai acontecer com o Banco do Estado se não for conseguida a autorização legislativa? Se haverá intervenção ou liquidação do banco? E no caso de liquidação o que vai acontecer com os funcionários do Banco do Estado do Paraná?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Senhor Presidente, Secretário Miguel Salomão, Senhores Deputados.

Em primeiro momento, antes de responder a pergunta do nobre Deputado, queria fazer uma ressalva de que todos esses números que foram levantados de toda a negociação com o Banco Central do Brasil foi feita por pessoas do Banco do Estado do Paraná, especialmente pelo Dr. Fausto Lacerda, que um funcionário antigo do banco, conhecido de todos os funcionários do Banco do Estado do Paraná e conhecido de todos os Senhores Deputados, e assessor jurídico do banco, hoje, do Sr. Alair Alvin Pereira, que é o atual Diretor Financeiro do Banco, da Elhodi, que é Consultora do Banco do Estado do Paraná e tem muito contribuído pelo seu conhecimento da legislação do Banco Central e da Sirley B. que é Editora do BANESTADO. Todos esses números que são apresentados aos senhores foram elaborados e foram discutidos pelo pessoal técnico do Banco do Estado do Paraná, até porque este Secretário que compareceu a todas as reuniões do Banco Central, desde que assumi a Secretaria e anteriormente assim o tinha feito o Secretário Miguel Salomão, sempre foi assessorado por estas pessoas. Isso é para que os senhores tenham a certeza que os números aqui apresentados são efetivamente números reais, não se está tampando nenhum "sol com a peneira".

Quero responder objetivamente, Senhores Deputados.

A Medida Provisória 1654 que é a que regula o saneamento dos bancos, o "PROES", ela diz em seu artigo 18 que, os contratos de financiamento deverão ser celebrados até 30 de junho de 1998.

Então, temos na Medida Provisória, no § 1º, do Artigo 3º, de que para assinar este contrato temos que ter a legislação da Unidade da Federação respectiva, então, é a lei estadual autorizando o financiamento e a transferência do controle acionário. Se não ocorrer isso até 30 de junho, e aí faço um apelo aos Senhores Deputados: a matéria é urgente e teríamos que aprová-la nesta semana, porque se não tivermos assinado até 30 de junho corre-se o risco de duas coisas: primeiro a intervenção ou

a própria liquidação o que seria totalmente desastroso ao Banco do Estado do Paraná, porque a liquidação do Banco importaria aí sim na perda do emprego de todos os servidores e no fechamento de todas as agências do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni. Vossa Excelência terá maior tempo para expor a sua posição e a posição da Oposição.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente Aníbal Khury, Sr. Secretário de Planejamento Miguel Salomão, Sr. Giovani Gionédís, Secretário de Finanças do Estado do Paraná.

Nós, no final do ano, surpreendidos que fomos pelos problemas da crise asiática, que fez com que a economia do nosso País, atrelada, aos rumores das Bolsas de Shanghai, da Coreia e do resto do Mundo, fizeram com que o governo brasileiro tivesse que aumentar as taxas de juros e o Banco do Estado do Paraná neste período passava por um processo de discussão das suas contas. Dezesseis técnicos do Banco Central dentro do Banco do Estado. Todas as contas do Banco, os computadores, todos os programas, todas as carteiras: Comercial, de Crédito Rural, BANESTADO LEASING, tudo à disposição dos técnicos do Banco Central.

O Senhor Secretário Giovani Gionédís encaminhou e fez uma Comissão de Funcionários do Banco do Estado para, junto com os técnicos do Banco Central discutir e ver a viabilidade do saneamento do Banco do Estado. O Diretor na época chamava Aroldo Carneiro dos Santos, funcionário do Banco do Estado aposentado e no exercício da função de diretor do banco. Coordenou um grupo de trabalho que redundou em dois documentos: Um documento que veio para a Assembleia Legislativa sob nº da Lei 11.961 e um outro documento que esmiuçou para o Banco Central todas as contas do Banco do Estado do Paraná, inclusive se o saneamento fosse feito, quanto o Banco daria de lucro em cada rubrica, Senhor Secretário Miguel Salomão, desde o crédito pessoal, as tarifas que o Banco cobra, as provisões do ponto de vista do crédito de liquidação, quanto que o banco daria de lucro no primeiro semestre deste ano e no segundo semestre deste ano, um documento minucioso. Esta lei que nós aprovamos aqui foi por unanimidade, e Vossa Excelência veio a esta Casa acompanhado do Secretário Giovani Gionédís, por isso que eu fiz aquela solicitação de brevidade, porque eu já conheço o seu pensamento, admiro a sua forma de encarar esse problema, mesmo não concordando. Esta lei diz o seguinte: "A Lei 11.961, votada e aprovada no dia 19 de dezembro, tem três blocos de dívida nessa lei, Sr.

Presidente, primeiro: refinanciamento da dívida mobiliária do Estado, 475 milhões, já está liquidado, o Governo já negociou isso, não precisamos mais discutir isso. Tem outra dívida grande: refinanciamento da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico, FDE, total dessa dívida, 575 milhões, essa dívida do FDE, não sou eu que estou dizendo, é o que está escrito numa lei aprovada aqui na Assembléia, Mensagem do Sr. Governador Jaime Lerner, assinada pelo Secretário das Finanças, Sr. Giovanni Gionédís. Gostaria de saber o que o rombo da Ásia tem a ver com a mudança estrutural desses valores, 575 milhões do FDE. Bom, fora isso mais um bloco de dívidas. Aquisição de ativos de propriedade do Banco do Estado do Paraná referente a crédito junto ao fundo de compensação de variações salariais, PCVS, programa de garantia de atividade agropecuária e securitização das operações rurais, 410 milhões. Gostaria de saber como esses números mudaram, e mudaram significativamente. Este bloco do anterior que eu acabei de ler, que é do FDE, que não tem nada a ver com o Banco do Estado o FDE. E agora estou falando de 410 milhões que é uma dívida que a União tem para com o Banco do Estado, Deputado Horácio Rodrigues, até agora eu não falei de nenhuma dívida do BANESTADO nesses valores globais, dívida mobiliária, FDE, e a dívida que a União tem para com o nosso banco. Bom, mudou alguma coisa, está certo, vi a sua explanação e o seu argumento é que as variações da bolsa, a mudança de juros em outubro mudou tudo, mas a lei os senhores mandaram para cá no dia 16 de dezembro, já tinha toda a repercussão do problema da variação dos juros, já tinha, e senhor vai dizer que os cálculos eram diferentes, então vamos ter que provar isso, discutir isso claramente.

Problemas do Banco do Estado do Paraná: Financiamento do Saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, está na lei, não sou eu que estou dizendo, correspondente a 50% das necessidades que importem até 580 milhões e a assunção de passivos do Banco do Estado do Paraná junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal 260 milhões.

E ainda tem o artigo 5º que diz o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e garantia junto a órgãos do Governo Federal ações que detém a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL, na ordem de 350 milhões para entrar como contrapartida do saneamento". Eu tenho que fazer essa pergunta, porque essa pergunta o povo do Paraná faz, como, sobre qual rubrica, aonde, gostaria que o senhor Alaor que montou esses números, não foi nem o Senhor Miguel Salomão, que os Diretores do Banco do Estado explicassem isso, como que o Banco do Estado previa a possibilidade de sanear o banco com apenas 350 milhões de ações da COPEL e uma

contrapartida do Governo Federal de 350 milhões, e fruto desses 350 milhões demonstraram para o Governador Jaime Lerner que o Banco do Estado do Paraná no ano de 98, no primeiro semestre daria 30 milhões de lucro e no segundo semestre daria 89 milhões de lucro. Quer dizer, uma operação de 350 milhões para manter uma empresa que ao longo de setenta anos teve crise, mas sustentou a economia deste Estado. Porque a poupança, Dr. Miguel Salomão, arrecadada pelo BANESTADO dos paranaenses, das empresas que trabalham aqui no Paraná, não esvoaça para os outros estados ou qualquer país do nosso mundo. Esta poupança arrecadada pelo BANESTADO ao longo desses setenta anos foi investida 90% aqui para gerar emprego, riqueza, trazer ICMS, impostos para o nosso Estado.

A iniciativa privada e, o Sr. sabe, porque é homem do Banco Central, não tem esses critérios, mas o banco público tem esses critérios: o de orquestrar e pensar no desenvolvimento da economia como um todo e utilizar o banco como um agente de desenvolvimento econômico. É essa a história dos nossos bancos no nosso País. O Sr., como bancário de profissão, bem sabe que 90% de crédito neste país para a agricultura, exportações, financiamento a longo e médio prazo, da indústria, do comércio, vêm dos bancos públicos. E não sou eu que digo, é a Revista Exame.

De repente, nós iremos introduzir não por nossa vontade, mas por sua vontade, de que os bancos públicos não têm papel na economia deste País. Pelo contrário, eu não vi banco da iniciativa privada fazer investimento na agricultura ou investimento a longo prazo. Todos os povos do mundo trabalham neste sentido: os Estados Unidos, o Japão, a França, a Alemanha, os povos que se desenvolveram, é o poder público que financia e subsidia o desenvolvimento econômico, sobretudo em setores estratégicos na economia. E, agora, de repente, iremos ver aqui numa profissão de fé no Deus, no Demizurgo mercado, que irá solucionar o problema dos pequenos agricultores do Estado do Paraná ou no desenvolvimento do pólo da madeira, do couro. Aonde isso? Aonde?

Sr. Presidente, Amibal Khury, a pergunta que eu quero fazer para os técnicos do Banco do Estado do Paraná, ou para o Secretário Miguel Salomão ou para o Secretário Giovanni Gionédís, é que, por favor, sem sofismas, vamos ser francos e abertos vamos utilizar como parâmetro o estudo feito e a lei aprovada digam aonde mudaram os números? Qual é a conta que se faz para chegar a quatro bilhões e cem milhões? Porque eu fiz o meu levantamento. E pelos números que vejo, Dr. Miguel Salomão, lamentavelmente, de uma maneira irresponsável, talvez, o Sr. até desconheça, os números do Banco do Estado não

são esses. Não são e eu digo com toda a tranquilidade. Os números do Banco são muito menores do que os três bilhões, setecentos e cinquenta milhões ou os quatro bilhões e cem milhões, que estão apresentando.

Vejo que nos números aqui é bom que discorram sobre isso, porque é melhor que a gente explique as coisas, o futuro desta empresa está em jogo, de todos os valores, de certa maneira estou meio preocupado. Porque o Presidente do Banco do Estado, Luiz Antonio Fayet e o Sr. era Secretário de Finanças, Presidente do Conselho e assinou isto junto com ele. Inclusive, Domingos Murtha Ramalho era vice-Presidente, lá do Banco Central, o seu amigo e colega, assinaram esse documento com o Governador Jaime Lerner. Está aqui, timbre do Banco do Estado, entregue no Banco Central. E aqui todo o passivo passado, tudo o que existia de ruim de crédito, de dificuldade e de recuperação do BANESTADO, na época, a não ser que coisas novas tenham acontecido, e o documento está aqui, assinado por V.Exa., não passava de 350 milhões. Tudo! O resto todo! Sei que de lá para cá o "leasing" e as debêntures trouxeram problemas. O leasing está com um problema enorme. Eu sei que de lá para cá o Estado do Paraná comprou 276 milhões em títulos públicos e todos os títulos micaram. E quando Vossa Excelência veio aqui e alertamos para que não fosse feita essa operação, o senhor foi um que me contraditou. Disse que era bom aplicar e que o Banco Central teria que honrar, porque os títulos eram celicados e cetipados. Vossa Excelência disse, está nas cópias taquigráficas. E o senhor viu que estava com a razão, porque o Banco Central não honrou.

Agora, quem vai pagar isso é a economia do Estado do Paraná. É a visão de Estado que vai pagar. É abrir mão de um banco importante para nós. Não é um banco importante para este ou aquele empresário ou governante. É um banco importante para a economia do Estado. Então fundamentalmente, vamos deixar de lado a formalidade. Gostaria que os técnicos do Banco do Estado do Paraná, tivessem a tranquilidade - o Dr. Giovanni ou o Dr. Miguel Salomão - que utilizassem o roteiro da lei aprovada aqui: 575 milhões para o FDE, 400 e poucos milhões que tinha a União conosco - ou não tem mais? Desapareceu essa dívida? A União não deve nada para o Banco do Estado? As coisas que estão no FDE são de responsabilidade do Banco, somente? E quanto que é a inadimplência do Banco?

Sabemos que tem um passivo de 355 milhões. Mas o raciocínio que me importa fazer, e gostaria que Vossas Excelências aceitassem esse debate, para sairmos daqui convencidos ou pelo menos parcialmente - é que talvez haja uma saída, para que aproveemos o saneamento do Banco, mas sobretudo, não

com a privatização. Porque se o Governo precisar do apoio político da Classe Empresarial do Estado do Paraná, vamos, junto com o Governador Jaime Lerner em Brasília, assinamos, votamos o saneamento do Banco, e vamos lá deixar que essa cláusula da privatização fique em aberta. Porque se o Banco der lucro - e vai ter que dar lucro, porque vai ter que pagar esse empréstimo que vai ser feito. E prefiro, Secretário Gionédís, que o Banco dê lucro, que o Estado do Paraná continue com o Banco, e que a gente tenha a capacidade de pagar este financiamento. Mas, sobretudo, que tenhamos esses recursos para ajudar na economia do nosso Estado, mantendo nosso Banco.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Secretário Giovanni Gionédís, podendo utilizar o mesmo tempo ocupado pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Senhores Deputados, quero dizer que vou responder com muita clareza essa pergunta. Primeiro porque temos que descartar desde já o saneamento puro e simples do Banco do Estado, porque não há mais prazo legal.

Quero dizer para os Senhores que o modelo que o governo está adotando, da transferência do controle acionário, é justamente, Deputado Vanhoni, permanecer como acionista preferencial, para que com os lucros que esse Banco der, pague essa dívida, para que ela não recaia novamente na população do Estado do Paraná. Porque quem está assumindo o financiamento é o Estado do Paraná.

Por outro lado, temos que deixar muito claro de que existem boatos que inchamos os números, porque o dinheiro vem para o Caixa do Estado, e o mesmo usaria esse dinheiro para outras finalidades.

Ora, quem fala isso desconhece totalmente a medida provisória. Primeiro porque não vem dinheiro aos Cofres do Estado, são títulos públicos que vêm diretamente ao Banco do Estado do Paraná. É um dinheiro carimbado, que ingressa no Banco para fazer as provisões necessárias.

Apresentei juntamente com o projeto de lei, o plano de saneamento do BANESTADO. Todos os Deputados devem ter em mãos, que é justamente a abertura dos 4 bilhões e 100 milhões de reais. Tomamos o cuidado, Deputado Vanhoni, de, neste número, não omitir nada, inclusive as necessidades de capital que surgiram com gerenciamento do nosso Governo.

O que se quer deixar claro é que a situação do BANESTADO não foi gerada por um determinado Governo, quanto mais por um Governo que só está aí há 3 anos e 6 meses. O País passa por uma nova

Curitiba, segunda-feira, em 22.06.98

realidade financeira, assistimos a todo o projeto do PROER que foi o caminho adotado pelo Governo Federal para salvar o Sistema Financeiro Nacional, principalmente os Bancos privados, e agora o PROES para os Bancos Estaduais, vemos na "Exame" dessa semana, um artigo onde o BRADESCO é considerado um banco pequeno, em relação ao poderio econômico mundial e assistimos, se não me engano, uma matéria sobre a crise dos Bancos Japoneses, que também passam por uma crise mundial. Quer dizer, a crise financeira bancária não é uma hegemonia, uma preferência do Estado do Paraná. Por outro lado, o número de quatro bilhões e cem, ele não é nenhum número grande, comparado ao Banco do Estado de São Paulo que foi 34 bilhões de reais, comparado ao Banco de Minas Gerais e ao Banco do Rio Grande do Sul, que foram respectivamente entre 7 e 8 bilhões de reais.

O que mudou com a lei de dezembro para a lei de agora é muito simples de se visualizar. Primeiro estava dividida a lei de dezembro em dois tópicos, porque buscava-se naquela época a parte do FDE, que era a responsabilidade do Governo, e a parte do FCVS financiar pela Medida Provisória do Ajuste Fiscal. O que, em síntese, daria a mesma coisa, era só uma questão de financiar para lá e já capitalizar o Banco. Depois a parte do ajuste do PROES, da Medida Provisória do Saneamento do Banco do Estado, colocou-se tão somente os 840 milhões daquela época. Mas abrindo os números, vamos ver o que mudou. Dos um bilhão oitocentos e setenta e seis, que era o número primitivo, cento e vinte e três milhões, é simplesmente a correção desse número, feita da época que ele foi elaborado, por volta de final de julho até a data de 31 de março de 98. Duzentos e vinte e dois milhões é a diferença do item 2.5 desse Plano de Saneamento, que é justamente da Carteira de Fomento, estimava-se naquela época uma Carteira de Fomento de somente o aporte de 575 milhões, quando se referia ao Artigo 1º - letra "B", da lei anterior. Esse número, conforme verifica-se no item 2.1 a 2.5, cresceu assustadoramente chegando a esse volume. E 404 milhões foram operações do item 3.1 a 3.6, foram provisões operacionais, que houve um aumento da inadimplência, houve algumas dívidas que estavam em negociação, que até aquele momento, não foram colocadas e que fez com que alterasse esse número de provisionamento, constante do item 3.1 a 3.6 em 404 milhões de reais. Acordo de basileia - o item 5.3, nada mais é Deputado Vanhoni, do que um reajustamento do patrimônio líquido do Banco. O que está se fazendo é que o Banco tenha um patrimônio líquido de 500 milhões de reais, porque se não o Banco não sobrevive com o acordo de basileia. Na realidade, esse é o prejuízo acumulado do Banco até uma previsão do acordo dos recursos que deverão

ingressar ao Banco do Estado do Paraná. Porque se não o Banco não sobrevive para frente, nem no saneamento e 350 milhões são recursos que terão que ser aportados pelo Estado do Paraná, para a provisão dos Títulos Públicos que foram adquiridos em constância de CPI, veja que estamos abrindo os números muito claramente.

Isto faz com que, nós também, estamos prevendo 100 milhões de PDV, que o Banco Central no caso de privatização ele permite que se financie. Então, está se colocando uma previsão de 100 milhões para o plano de demissão voluntária. A FUNBEP está dividida em duas partes. Os recursos que constam no 5.2, da ordem de 52 milhões são recursos extraordinários. Isso foi um acordo feito em 1.990, 1.991 com a FUNBEP para que se aportasse esses recursos extraordinários e o Banco ficou devendo essa contribuição. E, a importância de 294 milhões também é condicional no item 5.4, porque é justamente aquela importância para assegurar a aposentadoria dos funcionários do banco se, a instituição que adquiriu o controle acionário não quiser continuar com a fundação de previdência, embora, todos os técnicos do Banco Central digam que hoje as instituições privadas que estão comprando esses bancos estão preferindo ficar com a fundação para não ter que montar uma fundação nova. Mas estão se prevendo uma coisa que poderá ser utilizada no futuro ou não. Na segunda página desse saneamento procuramos dividir esses números temporalmente. Isso por quê? Para demonstrar que a questão do banco não foi uma questão isolada de um determinado governo. São coisas que acontecem no banco desde que foi aberto. Se verificar a data base de 31 de março até 1.994 a necessidade do saneamento representa 67% contra 33% da necessidade de 1.995 a 1.998 já colocado, inclusive, a aquisição de títulos públicos que devem ser provisionados pelo Banco do Estado do Paraná. Temos alguns valores que não têm definição temporal, porque o crédito tributário, por exemplo, é um crédito que foi aumentando ao longo do tempo por não utilização e não pode ser definido um período a outro. Por outro lado, se não houvesse o desajuste financeiro até 1.994, se todos os créditos fossem recebidos, não tivesse inadimplência esse crédito tributário também desapareceria em percentual.

Não se quer imputar nem a um nem a outro o que não se pode com certeza dizer. Recurso de PDV e o enquadramento de basileia também é outra coisa que poderia flutuar. A necessidade de recomposição do PL flutuaria se houvesse a inadimplência de tudo isso que precisa ser provisionado ao longo do tempo. Se tudo tivesse provisionado não precisaríamos fazer o enquadramento da basileia, porque o PL estaria positivo. Quero dizer mais, esses números foram levantados pelos nossos técnicos que

estão aqui presentes e pelos do Banco Central. Tanto é que o Presidente do Banco Central Gustavo Franco antes de apresentar os números já citou esse número na comissão econômica do Senado. O número de patrimônio negativo de três bilhões. Se somarmos a três bilhões quinhentos bilhões de patrimônio líquido chegamos a importância de 4 bilhões. Tem ainda o 100 milhões de PDV que é uma coisa futura. Na terceira página desse caderno vamos encontrar uma mostragem das operações do banco. Dividido em BANESTADO Leasing e Banco Comercial onde temos o percentual até 1.994 de 40% da inadimplência do BANESTADO Leasing e 60% de 1.995 a 1.997. Já no Banco Comercial esse percentual se inverte onde 86.9 é até 1.994 e 13% de 1.995 a 1.997. Esses foram os grandes números que alteraram aquele posicionamento de dezembro e foi um dos motivos que levou o Estado do Paraná num ano eleitoral, que podia tão somente "tampar o sol com a peneira" a encarar de frente este problema, a propor a transferência do controle acionário, porque não vemos outra forma de sanear o Banco do Estado do Paraná. Há a necessidade do aporte desses recursos e efetivamente se não houver este aporte desses recursos o banco não vai conseguir se sustentar, vai fatalmente haver uma liquidação do banco, aí sim vamos ter o desemprego em massa, porque vai haver demissão, o Deputado bem sabe que com a liquidação há de todos os funcionários do banco. O que se procurou com o saneamento do banco é manter o BANESTADO, manter o emprego dos seus funcionários, manter a situação dos acionistas minoritários sem prejuízos. Sem o aporte de recursos dessa natureza, Deputado Vanhoni vai ser impossível o saneamento financeiro do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhor Secretário, folgo em vê-lo, Secretário Giovanni, nesta Casa. Inicialmente, até seria interessante a presença do Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, também. Porque, lamentavelmente, o Dr. Miguel Salomão, estamos na terceira vez que nos encontramos e a cantilena é a mesma e não recebemos as respostas que buscamos. Espero recebê-lo por Vossa Excelência! Até porque logo depois de uma dessas reuniões que foi feita na Assembleia Legislativa, com o banco, aonde esteve presente o Dr. Miguel Salomão. Pelos questionamentos que fizemos e foi alegado muito sigilo bancário e o Vanhoni colocou daquela Tribuna, Vossa Excelência e a Diretoria do Banco estavam aqui e nos deixaram claro de que não há registro na história de Título de Governo de Estado que não tivesse sido resgatado. Falando do alto

dessa mesa para nós aqui na planície, na sabedoria bancária engolimos isso. Hoje, as manchetes mostram de que os Títulos comprados pelo Banco do Estado e alguns deles durante o processo e após a própria CPI estão, pelo que me consta, e esta é uma das perguntas, Secretário Giovanni, que no artigo 06 da lei apresentada, quando diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital, adquirir Ativos ou assumir Passivos do Banco quer me parecer que está embutido dentro desse artigo os Títulos "podres" adquiridos e que ficaram no Banco do Estado do Paraná sem valor nenhum de mercado sendo arcado por ele.

Após aquela presença do banco aqui, da mesma forma a Carteira de Leasing apresentou resultados desastrosos. Tanto que numa delas o Deputado Rosinha manuseando uma pasta do próprio banco percebeu o empréstimo com todos os indicativos contrário àquele empréstimo de Leasing a uma firma sem presença no Paraná com endereço não existente na nossa capital, que teve o empréstimo e seguramente não pagou, como nenhuma pagou.

Bom, essas coisas nos levam, para mim que não entendo de banco e não tenho nenhum constrangimento em dizer isso, mas vim fazer uma pergunta simples, Secretário Giovanni Gionédís.

Há nesse documento assinado pelo Governo do Estado do Paraná com o Banco Central um acordo de privatização do banco? Gostaria que o senhor me respondesse sim ou não. E qual é o prazo para que isso seja efetivado?

Todos os processos de privatização que conhecemos no País, de bancos ou de empresas públicas, quando há o acordo, há também um acordo de saneamento e nesse acordo de saneamento a imposição por parte do próprio banco, de medidas que devam ser tomadas nesse lapso de tempo para sanear.

Pergunto a Vossa Excelência se no saneamento assinado com o Banco Central, há risco de fechamento ou há compromisso de fechamento de agências bancárias deficitárias nesse período de um ano?

Mais uma pergunta:

Fazemos um financiamento de 4 bilhões e 100 milhões de reais, aliás, a própria mensagem dada pelo governo diz que os 3 bilhões, 750 milhões a preço de março. Se no final, no instante de privatização do banco, uma estimativa, talvez não fosse nem procedente Vossa Excelência responder, mas é uma estimativa. Quanto vale o Banco do Estado no instante da privatização? Seguramente terá um saldo de dívida com o Tesouro. No prazo de financiamento, qual o compromisso anual ou mensal que o Tesouro do Estado do Paraná terá para com o

governo federal nesta privatização? O que nos importa aqui, Secretário Giovanni, não é uma discussão. Claro, não estamos preparados para ela, é que Vossa Excelência consiga nos mostrar, artigo por artigo, dado por dado, a necessidade real desses números, a aplicação desses números, e a consequência futura dessa autorização que, seguramente, o governo tem maioria suficiente na Casa, para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Peço a atenção dos Senhores Deputados para as perguntas e respostas.

O SR. SECRETÁRIO GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Caito, com relação à inadimplência de determinada empresa, quero dizer que a R.Laser também consta desse relatório, porque esse relatório que apresenta nome de devedores e acho que isso é inédito em termos de Estado do Paraná, é a primeira vez que se abre o nome de devedores, isso é uma coisa pontual. Se formos começar a discutir números e depois gostaria de apresentar, o CCP do Banco que são créditos que já são prejuízos e que o Banco Central considera que são irrecuperáveis, que atingem 944 milhões de reais, portanto, 1 bilhão de reais, 96,84% foram de empresas e de pessoas que não pagaram isso até 1994, inclusive consta o nome de todos os devedores.

Então não é pontualmente um ou outro devedor que levou à quebra do Banco e nem culpar governos anteriores. A situação do Banco é uma situação que veio ao longo do tempo que se agravou com a estabilidade da moeda onde o Banco deixou de ter o lucro fictício, que era a correção monetária. Todos sabem que o banco, com o dinheiro da nossa conta corrente nos pagava aquele percentual do FAF e o resto do lucro ficava com o banco. O Banco do Estado teve em 94, recursos financeiros da ordem de 874 milhões de reais. Em 95, só 23 milhões de reais, mantendo a mesma estrutura organizacional, quer dizer, os bancos estaduais sofreram muito com a baixa rentabilidade dos ganhos.

Quero responder a pergunta do Deputado, porque isso é do interesse geral. O nosso modelo é o da transferência do controle acionário. Transferência de controle acionário é a privatização, mas sem sair, por isso é que não concordamos com a federalização, que foi a maneira baiana de privatizar o banco ou a maneira do Rio de Janeiro de privatizar o banco ou de São Paulo. Escolhemos justamente o saneamento com a transferência de controle acionário, porque queremos continuar. Vamos ter que aportar capital, uma parte desses 4 bilhões e 100 é para aporte de capital. Queremos que o Banco dê lucro, seja bem gerido, dê lucro para que sejamos

ressarcidos e para que essa dívida. Isso é uma realidade.

Então, o nosso modelo é o da transferência do controle. Temos o prazo de um ano para deixar o banco saneado, porque também não se transfere o controle se não estiver saneado. Sabe muito bem o Deputado que o banco que for comprar, vai colocar a sua auditoria pessoal, o Banco vai buscar fazer diligências para ver se aqueles números retratam a realidade. Por outro lado, o aporte de financiamento nosso tem a função de extirpar essa doença do banco, quer dizer, toda essa massa na realidade vai ficar em poder do Estado e o que cobrar vai abater a dívida. É lógico que, os títulos dos estados que compõem esses 350 milhões, e que digo já, que é Alagoas, Pernambuco, Guarulhos, Osasco e Santa Catarina, que são títulos arrolados à CPL, e que o Senado Federal, não é o Banco Central, baixou uma Resolução, de que ele não refinancia, primeiro considera que os títulos são podres, não valem como garantia.

Então, temos que pôr dinheiro... e segundo ele não admite refinanciamento, daí porque o nosso financiamento é tão somente de 3 bilhões, 750 e 350 até a data da privatização, durante o decorrer do ano, vamos ter que aportar esses 350 milhões para que se saneie o banco.

Agora, esses títulos, não acredito que estados, porque o Estado não pagando o título entra no CADIP, fica impedido de operar, não acredito que se tenha, até hoje li nos jornais, o Senador Carnobin, já tem uma proposta para que se refinance esses títulos, e não acredito que vão deixar Estados como Santa Catarina, municípios como Osasco, como Guarulhos, a importância que tem para a economia nacional que vai se deixar esses Estados totalmente inadimplentes, quando houver essa solução, esse dinheiro vai aportar novamente ao Estado e vai abater a dívida.

Veja, que todo o dinheiro que se obter com isso vai abater a dívida para justamente deixar o Estado novamente com capacidade de endividamento. Inclusive, quando se extirpar esse câncer toda essa massa de CL, toda essa massa de fomento vai ser cobrada, vamos ter que buscar uma cobrança efetiva, isso através de uma terceirização, isso vai ser objetivo de outra discussão, para que se faça essa cobrança, e esse dinheiro reverta no abatimento do nosso saldo devedor perante a União que são esses 3 bilhões, 750, porque 350 é aporte próprio de capital.

Com relação a pergunta de fechamento da agência, quero dizer que independentemente do saneamento puro ou a privatização a medida provisória é muito clara, quando diz o seguinte: que só seria feito o saneamento ou a privatização com a aprovação pelo Banco Central do Brasil, de projeto e

de saneamento de instituição financeira, que necessariamente incluía sua capitalização e mudanças em seu sistema de gestão, capazes de assegurar a sua profissionalização.

O que se tem discutido muito, e esse Projeto foi feito pelos técnicos do Banco, que estão aqui presentes, e se for preciso eles podem fazer uso da palavra, o que se tem buscado muito é fazer com que não se feche agências em determinados municípios, fazer uma adequação dessas agências.

Ora, em cidades onde você tem depósitos totais da ordem de 4 mil reais por mês, é impossível que se mantenha uma agência um prédio do banco alugado, para que se mantenha contas de 4 mil reais.

Então, o que está se buscando, e isso o nosso vice-Presidente, Dr. Aldo Almeida tem participado efetivamente, é inclusive negociação com prefeitos dessas cidades, para que a prefeitura ceda um espaço e se coloque um posto com uma pessoa, quer dizer, não vai se deixar nenhuma cidade desamparada, o que tem que se fazer, embora, ainda que ficasse do Estado, é o efetivo saneamento da instituição, porque se não estaríamos saneando hoje e amanhã quebrando novamente.

Por outro lado, esqueci até de falar, na ocasião o Deputado Vanhoni, e quero falar agora, esta lei prevê a capitalização da agência de fomento, e este sim é o órgão capaz de fazer o fomento no Paraná, do dinheiro de longo prazo, porque é um dinheiro de 30 anos, com juros subsidiados de 6% ao ano, e este sim o dinheiro para o verdadeiro fomento. Porque o Banco do Estado como banco comercial nunca fez fomento, e os números estão aí.

Temos aí, na ordem de 600 milhões na Carteira de Fomento, que agora vamos ter que aportar porque a empresa que pega capital de giro pagando juro de 10% ao mês, não é uma empresa que vai conseguir equilibrar suas finanças, então, temos que, justamente, fazer fomento com dinheiro de fomento e não com dinheiro de "CDI" ou dinheiro do mercado interbancário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Em primeiro lugar, queria registrar que tenho, Secretário, dois documentos aqui, um da autoria do Governador Jaime Lerner, que foi enviado no dia 05.01.95, que faz uma radiografia do banco. Vossa Excelência falou, inclusive, sobre a questão do

"CCP" e que a posição que o Governador expressou aqui através deste documento, a soma de "CL" mais "CCP", com base em 30.11.94 era de trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais e não de um bilhão, como Vossa Excelência afirmou ainda há pouco, talvez certamente, deve ter incluído alguma outra coisa.

E tenho também um documento que também é confidencial, é claro, mas que mostra que, inclusive, até setembro de 95 as coisas aparentemente andavam muito bem no banco, tenho aqui um documento de um relato que o BANESTADO faz ao Banco Central que mostra, inclusive que 57 milhões eram de crédito que estavam em "CL" e "CCP" que haviam sido recuperados.

Então, essa é a primeira questão.

E como é que pode ter de outubro de 95 para cá, especialmente depois que saiu o Presidente Luiz Antonio Fayet, a situação possa ter se agravado tanto em relação ao BANESTADO?

E queria perguntar a Vossa Excelência uma questão, sem ficar aqui removendo os ossos, os esqueletos que estão no armário, queria ser objetivo aqui na minha pergunta.

Fiz o cálculo com base nas declarações públicas de Vossa Excelência, inclusive os jornais publicaram errado, mas rapidamente calculei.

Uma questão que acho de maior importância que é a seguinte: o Deputado Vanhoni colocou aqui uma posição da corporação que é da preservação do BANESTADO. Agora, pergunto o seguinte: o Governador do Estado já avaliou o que vai significar para o nosso orçamento, que reconhecemos é um orçamento pequeno em relação a nossa receita tributária, contribuição que o Paraná dá ao Brasil, aliás, vejo ali o Secretário do Planejamento que disse à imprensa que era um gênio, que tinha conseguido negociar bem para o Paraná a questão da "Lei Kandir", e vejo que depois Vossa Excelência, inclusive foi lá para a Fazenda para tentar acertar as coisas, inclusive.

Isso demonstrou o que o Secretário dizia que era uma grande operação, que era aquela compensação da "Lei Kandir", na verdade, era uma desastre pela receita tributária que o Paraná perdeu com a desoneração. Mas isso é só uma consideração, Secretário. Mas, queria, na verdade, dizer o seguinte: calculei pelo método "hamburguês", tanto pela TJLP, que pensei inicialmente que era um indexador, agora pelo "IGP" calculando um "IGP" aqui, no ano de 98, o ano passado foi de 7,74, este ano deve ser em torno de 6%, talvez menos até, mas calculei aqui com 6%. Se considerarmos um empréstimo de 3 bilhões, 750 milhões...

O SR. GIOVANI GIONEDIS

Soma isso, Deputado, mais quatrocentos e setenta e cinco milhões de títulos públicos, senão vai partir de números errados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Não calculei isso, fiquei só na questão dos 3.750 para não, deixar fora, porque, já chego lá na minha conta e Vossa Excelência vai entender.

Se considerarmos isso, a primeira parcela, não sei se há carências ou não neste empréstimo...

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Não! Vence trinta dias após a assinatura do contrato.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Então, aqui está 1º de julho, mas vamos considerar 1º de agosto. Considerando uma taxa de juro de 6% ao ano, se considerarmos que a correção do "IGP" é de 6%, mais ou menos isso, 360 meses a primeira parcela é de 48 milhões 140 mil reais e a última parcela naturalmente seria de dez milhões quinhentos e dezoito mil, com uma prestação média de 28 milhões se considerarmos os trinta anos de financiamento. Então, pergunto a V.Exa.: Para um Estado como o nosso que em 97 teve uma receita corrente, e não vamos falar aqui das receitas de Capital, mas de receita corrente teve em torno de 350 milhões e que gasta aproximadamente 250 milhões com despesas de pessoal, como o Estado do Paraná vai conseguir pagar este financiamento? Pergunto a V.Exa. e naturalmente V.Exa. deve ter a resposta para a minha pergunta: Será que a intervenção do Banco Central via aquela operação Raet, não desobrigaria o Tesouro do Estado do Paraná e nós todos sociedade paranaense, que tivéssemos que pagar a esta conta por 30 anos? Não teria uma operação que talvez fosse mais exequível se pensarmos não no Banco especificamente, mas pensarmos no Governo do Estado do Paraná.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Vou responder com muita tranquilidade. Primeiro quero dizer que na intervenção ou na liquidação, como no saneamento, o Estado teria que por o dinheiro à vista. Ao invés de financiarmos numerários por 30 anos com juros subsidiados de 6% ao ano, teríamos que colocar à vista o dinheiro. No saneamento puro e simples tem que por 50% da necessidade de aporte de capital e diz a Lei, a medida provisória: À vista. É só fazer o cálculo atuarial do juro subsidiado de 6% e ver o que isto representaria de economia à população porque a população que está pondo, nós lidamos com o dinheiro do povo. Por isso a nossa tese de continuar sócio preferencial do Banco para que o Banco de lucro e reembolse e pague isso.

Agora, quero dizer que os cálculos de V.Exa. estão quase certos. Acontece que o parágrafo 1º do artigo 5º da medida provisória condiciona, e aí a grande vantagem, que... imaginem São Paulo que financiou por este sistema, para salvar o Estado e o Banco do Estado, 54 bilhões de reais. Está garantido por esta Lei tão somente o comprometimento de 13% da receita real líquida. Então, se a prestação for quarenta, e 13% da minha receita real líquida for 20, só pago 20 e o saldo vai ficando para prestações posteriores e isso garante a estabilidade financeira do Estado do Paraná porque senão não teríamos como fazer frente aos compromissos assumidos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Mas incluí a dívida atual também? A dívida interna que nós temos, o encargo desta dívida.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Inclui tudo, todo endividamento de toda receita corrente nossa. Isto é uma tranquilidade em termos desta Lei e aí que torna atrativo este financiamento. Isto é o parágrafo 1º do artigo 5º da Medida Provisória 1654.

Com relação aquele documento do Governador Jaime Lerner, quero colocar aqui para os senhores e já coloquei na ocasião em que estive em dezembro aqui na Assembléia. Este documento que foi entregue ao Banco Central e que foi lido parte dele, é um anexo de informações financeiras com base em 30 de novembro de 1994, portanto, um mês antes do Governador Jaime Lerner assumir o Governo. E, o documento foi feito com data de 05 de janeiro de 1995, portanto nós assumimos estes números como os números verdadeiros que eram do Banco e assumimos estes números com a tentativa... Foi mandado justamente ao Banco Central este documento para evitar naquela época a intervenção, como foi feito no BANESPA e no BANERJ, o Governo então na Presidência do Banco, que seria o Sr. Fayet, apostava ainda no saneamento do Banco. Vejam que neste mesmo documento que aponta uma soma de CL e CCP de tão somente 350 milhões, aponta como operações de crédito, um bilhão seiscentos e cinquenta e cinco milhões... Ora, operações de crédito que estavam com rolagens sucessivas, que não tinham adimplência e que continuavam o ativo tão somente para tampar balanço. Se pegarmos esta listagem que apresento a Vossas Excelências, e esta listagem contém nomes de noventa e quarenta e quatro milhões, 96% já era CCP em noventa e quatro (94), quer dizer, sem condições de recuperação. São operações feitas em anos anteriores que levaram a inadimplência, e o que se está fazendo é trabalhando com a realidade, chegou a hora de parar de bater com o sorvete na testa, quero dizer, não adianta nada nós fazermos demagogia,

não adianta nada nós tamparmos o sol com a peneira e daqui a seis meses o banco vai sofrer, aí sim não mais uma intervenção e sim uma liquidação e todos os funcionários do Banco, perderão o seu emprego. Acho que o Governo tem que agir com responsabilidade, esses números são de conhecimento dos funcionários do Banco, são números feitos pelos funcionários do Banco, são dos computadores do Banco do Estado, e aqui nós temos uma mostragem, tenho um caixa que vou deixar aqui na Assembléia que tem as trinta mil operações de CCP, são trinta mil operações de CCP. Vai ficar esse caixa aqui de presente ao Presidente da Assembléia que são todas as operações que estão ali, e que demonstram a realidade desses números. Não se está aqui para culpar o Governo anterior, ou o Governo atual, o que se está fazendo, nós temos que ter a responsabilidade, nós temos um prazo até 30 de junho para sanear o Banco e para salvar o emprego de dez mil e quinhentas pessoas. Se não for assinado esse contrato perante o Banco Central, aí sim vai vir uma liquidação e aí sim essas pessoas vão perder o emprego. Nós temos que ter a consciência, o Governo está colocando recursos da ordem de 350 milhões, o Governo está assumindo o financiamento de três bilhões, setecentos e cinquenta milhões, justamente para salvar essa instituição financeira.

O SR. TOTI COLAÇO

Senhor Presidente e Senhores Secretários, o Vanhoni, o Romanelli, o Caio já fizeram perguntas extremamente importantes aos dois Secretários de Estado que aqui se encontram. Queria primeiramente dizer o seguinte, não é uma pergunta inicial, quando o Secretário Giovanni Gionédís afirma categoricamente, diz com toda a sua voz, seu potencial, de que realmente os títulos de Alagoas, de Pernambuco, de Osasco, realmente foram títulos podres adquiridos pelo Banco do Estado do Paraná, folgo em saber e ouvir em razão de que a própria comissão, a CPI dos títulos públicos aonde tinha como Relator o Senador da República do nosso Estado, e ele na época já dizia categoricamente que esses títulos não iriam ser resgatados; e na época foi violentamente questionado o Estado do Paraná e que hoje se confirma oficialmente que eram realmente títulos que não teriam valor nenhum. Primeiro já fica claro isso aqui para o Deputado Toti, segundo: também, peguei esta lista aqui, maiores clientes e com certeza maiores devedores do Banco, também folgo em saber e ver aqui de que não encontrei, pelo menos o nome da pessoa física, de nenhum Deputado Estadual que pudesse ter comprometido ou criado uma situação quase de insolvência, ou quebradeira do Banco em razão das afirmações categóricas feita pelo atual Presidente, sua Excelência, Neco Garcia,

aonde nos acusava diretamente na imprensa de que o Banco do Estado do Paraná estava praticamente quebrado, falido em razão de que Deputados Estaduais principalmente estavam, haviam quebrado o Banco. Nesta lista rapidamente, não tomei conhecimento, da pessoa física de nenhum de nós aqui. Com certeza deva estar em outras listas, que eu gostaria inclusive de ter acesso, até porque sou seguidamente cobrado no Estado do Paraná pelo povo, quando falo que sou contra a privatização do Banco e faço minhas colocações de que não estou concordando com a privatização do Banco e alguns dizem categoricamente: Vs. Exas. é que acabaram quebrando o Banco. Eu não sabia o que dizer. Nós, não! Não é possível! Gostaria de ter acesso, particularmente, se realmente têm colegas nossos envolvidos com tanta gravidade, onde fomos alvos de grande crítica.

Foi dito aqui que alguns postos avançados no caso de privatização do banco permanecerão quantas agências realmente vão fechar no caso da privatização do banco, contra o meu voto e a minha vontade?

Fala-se que aproximadamente cinco mil funcionários haverão de ser demitidos, numa demissão voluntária, àquela que já aconteceu com o Banco do Brasil, que foi um caos para os seus funcionários, na época e que será, sem dúvida nenhuma, também para os funcionários do Banco do Estado caso isto ocorra. É verdade, está previsto que teremos cinco mil desempregados no Estado do Paraná com relação a privatização do banco?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Toti, quero deixar bem claro o seguinte: quem diz que os títulos são podres é a CPI do Senado, porque os títulos não venceram ainda. Em Santa Catarina os títulos vencerão em 2001. Nós estamos fazendo uma previsão, porque é uma resolução do Senado que não refinancia. Não vejo como o Estado de Santa Catarina não vá em 2001 resgatar esses títulos. Não quero com isso dizer que foi um bom negócio. Acho que foi a carteira de títulos públicos da corretora, da ordem de um bilhão e trezentos milhões e dessa carteira, apenas trezentos e cinquenta milhões foram de títulos envolvidos em títulos públicos.

Com relação aos Deputados Federais, quero deixar bem claro de que essa matéria já foi por este Secretário, na ocasião resolvida. Eu compareci à Assembléia com o Presidente. Foi dito que não havia nenhuma ofensa ao Poder Legislativo. Não existia dívidas dos Deputados que os comprometessem com o Banco do Estado do Paraná. Tanto o é que não aparecem nesta listagem o nome pessoal de nenhum Deputado. Por outro lado, um Deputado não está impedido de ter negócios ou financiamento

junto ao banco e nada tem a ver uma coisa com outra. Isto já ficou claro da primeira vez que compareci aqui, na Presidência desta Casa.

Com relação as agências não existe o número das que vão fechar. Nós não iremos fechar nenhuma agência. Iremos apenas reestruturá-las. É um estudo que está sendo desenvolvido pelos técnicos do Banco do Estado e será implementado tão somente após a vinda do financiamento.

Veja que o banco já fez alguns enxugamentos em termos estruturais em algumas sucursais, sem trauma e prejuízo nenhum quer aos municípios ou aos correntistas do Banco do Estado do Paraná.

Com relação as demissões, quero esclarecer que não existe demissão. Por convenção coletiva é proibido demitir. No plano de demissão voluntária ha um incentivo à demissão. Esse plano de demissão voluntária está sendo aplicado desde 1995. De lá para cá já foram 1163 demissões voluntárias e espera-se neste projeto do Banco que tenham-se no máximo dois mil pedidos de demissão voluntária. Não é uma coisa que vai se demitir impositivamente. Os funcionários só pedem demissão se for interessante para eles porque eles tem essa demissão incentivada e tem o recurso para começar uma consultoria ou um negócio. Esta é a realidade. O Banco teria que sofrer o saneamento. E não se faria o saneamento sem que se fizesse esse projeto todo de reestruturação do Banco do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Secretário: Giovani Gionédís e Miguel Salomão, Srs. Deputados.

Causa-me bastante preocupação sobre o que estamos ouvindo nessa reunião, porque já não sei mais em que devo acreditar.

Quando da posse do atual Governo e do Diretor Presidente do Banco, Senhor Luiz A. Fayet, alguns pontos ele afirma: "o BANESTADO resistiu à fase mais aguda do processo que foi um segundo semestre de 1994, tomando quase toda a gestão da diretoria de Norton Macedo. Eu e meus companheiros da nova diretoria, recebemos todos os dados e informações sobre o BANESTADO. O Banco Central adotou medidas." E afirma ao final: "no dia 26 de dezembro, tive a oportunidade, juntamente com os Srs. Secretário da Fazenda e do Planejamento, conhecer os relatórios e análises que coincidem com os fornecidos pela diretoria."

Estas informações tranquilizadoras, mostram a condição favorável que se descortina para o conglomerado Banestado. Destaca o profissionalismo e dedicação do corpo funcional e fala das medidas de

diretrizes, como capitalização das mobilizações, e vai por aí afora.

Então, a posição de quem assumiu o Banco falava do conhecimento das informações, dos dados dos Secretários do Planejamento, na época Taniguchi, e da Fazenda, Miguel Salomão, tiveram acesso. Vossa Excelência, Secretário Giovani Gionédís diz que receberam apenas as informações como se fossem verdadeiras, mas que a elas não tiveram o necessário conhecimento e que acreditaram naquilo que se passou.

No dia 5 de janeiro, o Governador Jaime Lerner manda um expediente ao Banco Central, propondo uma política de saneamento para o Banco. E nesta proposta - já questionada pelo Deputado Romanelli, fala que a soma do CL+CCP é igual a 355. Vossa Excelência afirmou que já era de 1 bilhão de reais. E aqui também mostra uma situação do Banco, bem mais confortável e tranquilizadora do que esta.

Em cima desse pronunciamento e desse documento de 5 de janeiro em relatório confidencial enviado ao Dr. Pitombo, aqui do Banco Central, em 26 de outubro, o Banco faz de novo uma série de considerações através de um relatório circunstanciado sobre medidas e providências adotadas por essa instituição, relativamente ao plano de ajuste do Conglomerado BANESTADO, ano de 1995.

Aí fala de todas as medidas. E uma, que de certa forma me chamou bastante atenção, diz respeito a uma medida que entendo positiva - que foi adotada pelo Banco, que foi aquela campanha por captação, denominada "Mostra-se o Valor" que propiciou o reforço de recursos de 519 milhões e 240 mil.

A questão da vinda de volta para o BANESTADO dos depósitos judiciais, que antes era 52 milhões, passou para 123, propiciando um acréscimo de 71 milhões. E também a emissão, naquela oportunidade, de 100 milhões de debêntures, através da BANESTADO Leasing, que somando os 519+71+100, fechou em 690 milhões, que praticamente cobria o famoso CDI do BANESTADO, e muitas vezes até trazido como uma das coisas mais irregulares ou dramática da gestão anterior. Os 700 milhões, de certa forma, então, já estavam resolvidos com isso.

Então, até 26 de outubro de 1995, o Banco apresentava uma situação tranquilizadora, positiva, as medidas estavam dando certo. Tudo analisado. Aí, chega dezembro de 1997, vem mensagem do Governador, depoimento nesta Assembléia. E naquela oportunidade, Vossa Excelência, o Secretário Salomão, outros representantes do Governo vêm aqui e dizem que a situação não é mais tranquilizadora dois anos depois, que é preocupante, e pedem desta Assembléia uma permissão para o sanea-

mento e propõe que os recursos sejam da ordem de 1 bilhão, oitocentos e alguma coisa de milhões.

Aí, passa o mês de janeiro, fevereiro, março, abril e junho e estamos hoje no mês de junho de 98 e nova Mensagem vem à Assembléia Legislativa e agora já não é mais a situação tranquilizadora, não é mais a situação de 1 bilhão, 800 milhões; já é uma situação de 4 bilhões e 100 milhões. É mais do que uma Vale do Rio Doce, é mais do que a arrecadação de tributos do Estado do Paraná em um ano. E Vossa Excelência ainda disse que é pouco, 4 bilhões e 100 milhões, numa das afirmativas.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

A conjuntura nacional, Senhor Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Bom, para a conjuntura nacional, talvez sim! Mas para a conjuntura paranaense é terrível. É a história do Paraná, pelo amor de Deus! É fica mais terrível ainda, e aí é que eu gostaria de saber, de Vossa Excelência, do Presidente, no que é que devemos acreditar, porque estou comigo imaginando, que daqui a seis meses, passadas as eleições, pode vir aqui uma outra mensagem, dizendo: olha, agora já não são mais 4 bilhões, já são 8, 10 bilhões.

Então, confesso, Senhor Presidente, que já não sei mais em que acreditar, e finalmente, além dessas considerações, gostaria que Vossa Excelência me dissesse em quais desses documentos devo acreditar, se no discurso do Fayet, na carta do Governador Jaime Lerner, no dia 5 de janeiro, nesse relatório de 26/10, mandado ao Banco Central, se na mensagem de dezembro que virou a Lei nº 11.961, se nessa mensagem que virou agora Projeto nº 238. Quais são os números verdadeiros, porque na minha cabeça não entra, não sou economista, não sei fazer essas contas, como faz o Deputado Romanelli, mas não me passa na cabeça que de 1 bilhão e oitocentos, em três meses, porque é janeiro, fevereiro e março, os números são de março, tenhamos feito o rombo do BANESTADO crescer, de 1 e 800, para 4 bilhões e 100.

Vossa Excelência fala que a questão dos títulos não está perdido. Em entrevista de Vossa Excelência, aqui, Secretário Gionédis, em jornais, Gazeta do Povo, junho de 98, e esta outra aqui, que Vossa Excelência afirma: "BANESTADO ficou com o mico". Então, Vossa Excelência já está admitindo que já "micaram" esses títulos e que não tem mais solução.

E, finalmente, uma pergunta que também é técnica: aqui nos itens 1.1 a 1.8, Plano de Saneamento do BANESTADO, do projeto novo. Temos aqui esses valores, Sistema Financeiro Habitacional, FCVS, Títulos de Securitização, Securitização sem Títulos, Crédito Rural, Títulos de Securitização do PROAGRO, Crédito Tributário.

Senhor Secretário, até onde vi dos técnicos e pessoas ligadas ao Banco, isso é dívida do Tesouro Federal, é dívida do Governo Federal para conosco. Por que temos que assumir essa dívida, já que ela está incluída nos 4 bilhões e 100? Por quê? Se é dívida do Governo Federal para com o BANESTADO, por que temos que assumir isso, como uma dívida nossa, nesse processo de saneamento?

Então, finalmente, só resumindo, em quais desses documentos, dessas entrevistas devo acreditar, e por quê? Temos que honrar, temos que assumir as dívidas do Governo Federal?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Vamos esclarecer o seguinte: O Banco vive o sistema financeiro de credibilidade (SIC). Qualquer boato a sistema financeiro é totalmente prejudicial.

Quero dizer que quando assumimos, realmente estávamos - como o nobre Deputado acabou de citar - estávamos com 700 milhões entre redesconto e intercâmbio. Houve uma campanha muito grande no Banco, o Fayet tinha efetivamente essa intenção de sanear o Banco. Houve essa tentativa e houve esse aporte de recursos, que fez com que, em determinados períodos o Banco saísse do redesconto. É verdade isso! Sempre se vendeu bem a imagem do Banco, porque fiz parte da equipe de transição e a tese do Fayet era que naquele momento onde estavam intervindo no BANESPA, no BANERJ, onde o Banco do Estado já estava com 700 milhões de redesconto, portanto poderia haver intervenção a qualquer momento. Se naquele momento fizéssemos afirmações negativas em relação ao Banco do Estado do Paraná, poderia haver uma corrida e o Banco sofrer intervenção.

Os boatos contra o Banco do Estado do Paraná, fizeram com que perdêssemos depósitos.

Quero dizer mais: se não tivéssemos assinado o contrato em março e tivéssemos assinado em junho, o Banco está numa situação de intervenção ou de liquidação. Estamos, hoje, no interbancário, no redesconto com algo em torno de 900 milhões de reais. Por quê? Porque houve o saque em massa dos depósitos dos fundos e das grandes empresas. Quando o Banco fica num boato negativo, as pessoas começam a sacar.

Embora tenha dito e toda a diretoria do Banco tenha tentado dizer que, com a assinatura desse documento o Banco não vai sofrer intervenção, não vai sofrer liquidação e os depositantes estão com seu dinheiro garantido. Todo boato negativo faz com que até a dona de casa vá sacar o seu dinheiro da poupança. Isso é muito perigoso para o sistema financeiro.

Vejam que, todos os documentos encaminhados ao Banco Central sempre falavam de ajustes.

Sempre buscando ajustar. Quero esclarecer tão somente as dívidas do Governo Federal. Por que consta o provisionamento, se as dívidas são do Governo Federal?

Vou explicar, FCVS, que é aquele Fundo de Compensação de Variação Salarial, que foi criado em 1967 para cobrir a diferença entre o saldo dos contratos pelo índice de correção variado. São 14 mil e 88 contratos assinados na década de 70 e 80. O Governo Federal emitiu títulos de 30 anos. Esses títulos têm valor crescente. Eles tinham que ser provisionados no seu ativo com o valor de mercado.

O que é o ativo da instituição? Se todos sacarem o seu dinheiro no Banco a venda daquele ativo, do que está colocado no ativo tem que suportar o saque de todo o movimento do que está no Banco. Isso é ativo e passivo de uma instituição. Quando que está saneado? Se todo mundo resolver tirar seu dinheiro do Banco, o Banco tem liquidez para pagar. Esses títulos estavam lançados na contabilidade por 100%, quando no mercado só valem 50%.

Esse ajuste que consta nesse documento é tão somente de 50%, porque estão contabilizados no ativo como 100%. É isso que o Banco Central está exigindo. Tem que se provisionar aquilo que consta no ativo.

Então, se eu tenho no ativo, hipoteticamente, um título de 30 anos e o valor dele, no trigésimo ano é mil, não posso provisioná-lo por mil. Porque se eu for vendê-lo hoje, só vendo por quinhentos.

Por isso que consta o Sistema Financeiro de Habitação e o FCVS o habilitado e o não habilitado. Embora do Governo Federal ele consta como necessário o provisionamento. Daí o porquê tem que ser provisionado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Nesses 222 a mais na Carteira de Fomento que Vossa Excelência disse que foi acrescido nos itens 1.0 a 2.5. Nesses acréscimos estão recursos repassados às indústrias que estão se instalando no Paraná recentemente? Tipo a Renault?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Não, porque elas vão se beneficiar da Carteira de Fomento do Banco do Estado. Em primeiro lugar, a Renault, estamos participando como acionistas. Como capital acionário.

Nas outras empresas, não está sendo aportado dinheiro. Elas estão fazendo investimentos como elas estão fazendo. Para a Renault, estamos pondo capital, como vamos colocar capital no Banco também.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. ROSINHA

Senhor Secretário, não vou conseguir entrar no debate técnico, até porque a minha compreensão do Sistema Bancário é bastante deficiente, mas acho que têm algumas questões políticas que devem ser colocados. Na questão técnica, uma pergunta que o Deputado Ângelo Vanhoni fez e que não foi respondida, pelo menos não ouvi: "De qual é a inadimplência do Banco hoje?" Ela parece que não chega a 500 milhões. Sobre a questão política que acho importante, verificando que foi publicado como na Mensagem nº 238, a gente vê um grande acréscimo da questão da Leasing BANESTADO, de pessoas que têm buscado dinheiro e não têm pago e aqui tem uma grande lista de execuções.

Porém, o Governo do Estado, esta que é a questão política, promove o responsável por isso, tenho em minhas mãos uma cópia de um despacho inicial do Dr. Juiz Vlademir Freitas, da Justiça Federal, dizendo que a próprio pedido do BANESTADO do Paraná, ele apresentou notícia crime. O próprio BANESTADO contra o Sr. Osvaldo Magalhães e pede ao juiz a abertura de Inquérito Policial na Justiça Federal.

Como pôde o Governador do Estado promover aquele que a própria Direção do BANESTADO pede abertura de Inquérito Policial? Não consigo compreender como que ele é promovido. Ele vai para a Justiça Federal para ser apurado, porque agora ele é Secretário! Se ele não fosse Secretário seria apurado na Justiça aqui mesmo, ou seja, ele está sendo protegido por irregularidades, ou até suspeitas de falcaturias, porque está a Polícia Federal investigando este caso.

A segunda questão política que vejo, é que não acredito numa intervenção, numa liquidação do BANESTADO em ano eleitoral. Não acredito, até porque o Governador é da mesma linha política do Governo do Estado de sustentação da mesma política econômica. Portanto, seria a destruição do próprio aliado e no jogo político os aliados, geralmente, não são destruídas nesse momento eleitoral.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Rosinha, quero só deixar bem claro o seguinte: O Governo Federal está preocupado, efetivamente, em fazer o ajuste fiscal e o saneamento do Sistema Financeiro Brasileiro para a manutenção do Real.

Quero dizer que o Zé Eduardo, também não acreditava na intervenção do BAMERINDUS e do Banco NACIONAL que tinha parente do Presidente, também não acreditava. Eles estão com muito rigor, e não tenham dúvida de que se não sanearmos o Banco, se não assinarmos o contrato

até 30 de junho, no dia 1º de julho, vamos ter intervenção no Banco, mas sim, liquidação.

Tenho estado no Banco Central em reuniões pesadíssimas, de 4 a 5 horas, com esses técnicos valorosos do Banco do Estado que estão atrás de mim. Temos a certeza disso porque é o que eles nos dizem e nos informam. Então, temos a responsabilidade de transmitir isso.

Quero dizer que o Deputado está processualmente incorreto, o fato de o Secretário Osvaldo estar respondendo esse processo perante a Justiça Federal, não é porque ele é Secretário de Estado, senão seria o Tribunal de Justiça. Ela está respondendo, porque o Sistema Financeiro é uma competência da Justiça Federal. É por isso que ele está sendo processado naquele foro.

Quero dizer mais o seguinte: Foi feita uma Auditoria no BANESTADO Leasing. Esta auditoria constatou funcionários que se apropriaram de numerários, esses funcionários foram responsabilizados quer a âmbito do Banco, quer a processo que estão respondendo e nessa auditoria nada se constatou com relação o Sr. Osvaldo Santos. Ele agora vai se defender perante a Justiça Federal e, também, provar o que ele tem que provar. A questão de ele ser Secretário, não é uma questão estritamente política e não compete ao Secretário da Fazenda aqui fazer comentários.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Secretário Salomão, por cinco minutos, para o encerramento do debate com referência à Privatização do BANESTADO.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado senhor Presidente.

Quero dizer o seguinte: a Lei Kandir tinha uma versão primeira que era péssima. Não sei se está aqui o Deputado Hauly que foi o autor do substitutivo mudando a Lei Kandir, porque a primeira versão dela fazia o Paraná receber moeda podre em troca dos 18% de ICMS na exportação e sabem todos, inclusive o Deputado autor do substitutivo, que foi o Paraná que liberou, junto com Deputados Federais do Paraná de vários partidos, a luta para mudar a lei e fomos vitoriosos. A compensação veio em dinheiro, a compensação está sendo feita por um valor três vezes maior que inicialmente prevista na Lei Kandir.

Segundo ponto: Títulos Estaduais. Há uma tradição de compra de títulos estaduais que vem do Governo anterior. Tínhamos no Governo passado, cerca de 700 a 800 milhões de letras estaduais, do Estado de Goiás, de Pernambuco, da Paraíba e dos Estados do Nordeste de maneira geral, e sempre houve uma tradição e há uma lei que diz isso, que esses títulos, se não pagos pelos Estados, se conver-

tem em moeda de pagamento do ICMS. Quando falei aqui que não acreditava na inadimplência de títulos estaduais, é exatamente porque os Estados têm uma arrecadação de ICMS e esses títulos, uma vez não liquidados, podem se converter em moeda para recolhimento do ICMS.

Agora, o mais triste disse tudo, é que Paraná só foi atingindo nesses trezentos e poucos milhões, porque houve, nas CPI dos títulos públicos, uma preocupação que foi muito boa, de passar a limpo, todas as operações que o Paraná fez com títulos públicos. Para sorte ou para mérito nosso, o Estado que rolou as letras, as letras que vieram do Governo Alvaro Dias, que rolamos e colocamos no BANESTADO, o menor deságio em todos os Estados Brasileiros e não houve nenhuma intervenção de nenhuma corretora de São Paulo ou de onde quer que seja. A operação foi Tesouro do Paraná, Secretaria da Fazenda, Banco do Estado.

Ficou claro na CPI, a lisura da emissão, da colocação e do leilão das nossas letras, mas infelizmente, sabia o relator da CPI, porque no seu governo era praxe comprar títulos da Paraíba, de Pernambuco, dos Estados do Nordeste e ele sabia que tinha títulos do Nordeste na nossa Carteira. Claro que, uma vez que houve a emissão do título, autorizada pelo Senado, o Banco Central liberou para registro e os compradores de boa fé compraram no mercado, não embaixo da Ponte da João Negrão, esses títulos foram comprados no mercado financeiro formal! São compradores de boa fé, participantes de Fundos de Investimentos. Não se pode dizer simplesmente o seguinte, que os compradores de boa fé, fiquem com prejuízo. Se o título foi emitido legalmente e apenas houve o uso do dinheiro para outra finalidade que não o precatório, a Justiça um dia vai ter que falar e dizer que quem desviou o dinheiro dos títulos públicos não foi o aplicador de boa fé.

Quer dizer, se algum Estado, pegou esse dinheiro e ao invés de pagar aquela despesa pagou outra, não tem culpa o Senado que autorizou a emissão, não tem culpa o Banco Central que liberou a compra e não tem culpa os compradores de boa fé, que não compraram esses Títulos embaixo da Ponte da João Negrão; compraram no mercado financeiro normal.

Continuo dizendo que um dia, a justiça ainda vai ser feita, esse tema vai ser despolitizado e vamos fazer justiça a essas pessoas que foram de boa fé envolvidas nessa situação da CPI

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só para fazer um comunicado à Mesa.

Gostaria de dizer a V. Ex^a. e aos Senhores Deputados e plateia que nos escuta, que escutei atentamente o debate travado a respeito dos números do Banco do Estado, em que pese o esforço do Secretário Giovani Gionédís e quero parabenizar a direção do Banco do Estado, em especial ao Alaor, meu amigo pessoal, pelo denodo, pela competência, pela inteligência demonstrada no consubstanciamento desses números relativos ao Banco do Estado do Paraná. Talvez tenha sido uma das obras de engenharia econômica-financeira mais bem montada nos últimos 70 anos, para engordar os números relativos ao Banco do Estado em mais de 2 bilhões e meio, fazendo com que essa empresa deixe de aparecer, se esta lei for aprovada.

Pelos meus números, Giovani, pelas contas que tenho aqui, os números relativos ao saneamento do Banco do Estado não chegam a 1 bilhão e 300 milhões de Reais, o resto dos números são passíveis de sustentação por parte do Governo, por parte do Banco, como os 650 milhões que vocês estão transferindo nesta conta a respeito do FUNBEP.

Mas isso, senhor Presidente, gostaria de noticiar o seguinte: Estamos historiando a vida do Banco do Estado de 94 para cá, e estamos fazendo um documento e vamos solicitar ao Senado Federal que promova uma auditoria, independente dos técnicos do Banco Central, nestas contas, antes que seja aprovado este financiamento pelo Banco Central.

E por último, gostaria de dizer ao senhor Miguel Salomão, em que pese a admiração que tenho por ele, sua fala mansa, sua fala cordial, o senhor explica muitas coisas, mas infelizmente, o senhor não nos convence como que o Banco do Estado do Paraná, através da Corretora participou do maior achaque, que foram os títulos públicos e os precatórios no território brasileiro, e o senhor vem aqui dizer que isso foi uma operação legítima, uma operação legal, hoje fazendo com que o Banco do Estado tenha que acumular, e os contribuintes do Paraná, com mais de 350 milhões, que foram para beneficiar um bando de ladrões no sistema financeiro nacional.

Desculpe-me senhor Miguel Salomão, o senhor não deveria, pela envergadura moral e ética que tem, proferir esses tipos de palavras aqui, perante a imprensa, perante todo mundo.

Foi o maior achaque organizado pela complacência do Banco Central no que estava acontecendo. Se os Senadores não tivessem o peito, a coragem de denunciar, isso ainda ia continuar acontecendo em território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Essa pessoa que está assobiando aí devia associar na sua casa. Esta Casa é de vocês mais do que

nossa, mas falta de educação não indica que vocês estejam procedendo correto.

Agradecendo a presença dos Senhores Secretários e Diretores do Banco, suspendo a sessão por 5 minutos, para que possam ser cumprimentados pelos Senhores Deputados.

(Suspensa a sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sessão reaberta.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 026/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional e a criação de um projeto orçamentário dentro do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, administração indireta, para a execução de obras do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID-FUNDEPAR. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 027/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$6.290.440,00 (seis milhões, duzentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta reais), com a conversão da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 25 - Devolução de Capital subscrito, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, para a execução de obras no Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 028/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$35.869.857,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, para a execução de obras de ampliação e reforma no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID. À Diretoria Legislativa, para os fins.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do

expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/98. Fica instituída a ECOPARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 034/98 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, tendo por finalidade o planejamento, a promoção e gerenciamento de projetos e ações relacionados ao turismo, com ênfase ao turismo ecológico, como instrumento para a proteção e preservação do meio ambiente, em cooperação com o Poder Público, atendidas as condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Entende-se como Turismo Ecológico a atividade turística que utiliza de forma sustentável áreas que entendem o patrimônio natural e cultural, público e privado, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista de preservação e interpretação do meio ambiente, promovendo bem-estar das populações envolvidas.

Art. 2º - A ECOPARANÁ, tem por objetivos:

I - planejar, promover e gerenciar projetos e ações relacionados ao turismo, com ênfase ao turismo ecológico;

II - implementar ações que assegurem o fomento e o desenvolvimento do turismo, através da

execução de atividades de atração, incentivo à criação, ampliação e preservação de empreendimentos, bem como a disponibilização e exploração de áreas de interesse;

III - implantar programas e projetos de estímulos à atividade econômica, em especial ao turismo ecológico, de acordo com a política estadual existente;

IV - gerir instrumentos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos;

V - prestar apoio tecnológico e proporcionar estímulos de natureza física, financeira e de infraestrutura aos empreendimentos instalados e aos que serão implantados.

VI - adquirir e alienar por compra e venda, locar, arrendar, bem como propor ao Governo Estadual, a desapropriação de imóveis necessários à consecução de seus objetivos;

VII - firmar convênios, acordos ou ajustes com os municípios para controle do uso e ocupação do solo, através de aprovação de projetos públicos e privados que nela serão implantados;

VIII - celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos com outras instituições públicas ou privadas, com o objetivo de garantir a qualidade ambiental e a promoção do desenvolvimento nas áreas e regiões relacionadas aos projetos.

Título II DO MODELO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

Capítulo I DO MODELO INSTITUCIONAL

Art. 3º - A ECOPARANÁ se vincula, por cooperação, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET, que incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir, e em conformidade com o Contrato de Gestão que o Estado subscrever na forma de lei.

Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A direção superior da ECOPARANÁ é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa;

II - pela Diretoria Executiva.

Art. 5º - O Conselho de Administração é composto por 11 (onze) membros:

I - Representantes do Poder Público:

a) um representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;

b) um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

c) um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

d) um representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico;

II - Representantes de Entidades da Sociedade Civil:

a) um representante da Associação dos Municípios do Estado do Paraná;

b) um representante de entidade vinculada à atividade de turismo;

c) um representante do IPD - Instituto Paraná Desenvolvimento;

d) um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

e) um representante da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

f) um representante do Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

III - Membros eleitos:

a) três (03) membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.

b) um membro indicado ou eleito na forma estabelecida pelo Estatuto.

§ 1º - O Presidente do Conselho, eleito na forma do Estatuto, participará das reuniões do Conselho, com direito a voto singular e de qualidade.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração terão mandatos de quatro (04) anos, admitida uma recondução.

§ 3º - O primeiro mandato de dois dos membros representantes do Poder Público, de um dos membros representantes da sociedade civil e de dois membros eleitos será de dois (02) anos, segundo critérios de escolha estabelecidos no Estatuto.

§ 4º - O Presidente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagens pelos serviços prestados à ECOPARANÁ, que serão considerados de relevante interesse público.

§ 5º - Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da Entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Capítulo III

DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - Compete ao Conselho de Administração:

I - definir objetivos, diretrizes e metas de atuação da ECOPARANÁ, atendendo a finalidade e objetivos para a qual foi instituída, expressos nos artigos 1º e 2º desta lei;

II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o seu programa de investimentos;

III - designar e dispensar os membros da Diretoria Executiva;

IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

V - aprovar e dispor sobre a alteração dos Estatutos da entidade e a sua extinção, por maioria absoluta de seus membros.

VI - aprovar o regimento interno da entidade, que disporá sobre a sua estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências, e o seu funcionamento;

VII - aprovar, por maioria absoluta de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de carreira, cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

VIII - aprovar o contrato de gestão da entidade;

IX - aprovar e encaminhar ao órgão supervisor, a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria Executiva; e

X - fiscalizar, com o auxílio de auditoria externa, o cumprimento de seus objetivos, diretrizes, orientações e metas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade;

XI - aprovar o Regimento Interno do Conselho.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 03 (três) vezes ao ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

Art. 7º - A Diretoria Executiva é o órgão da ECOPARANÁ, cabendo-lhe implementar as determinações e orientações do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva será composta por um Superintendente e, no máximo, por cinco (5) Coordenadores, de modo a atender as necessidades administrativas da Entidade, com atribuições definidas no Estatuto da ECOPARANÁ.

Título III

DO ESTATUTO E DO REGISTRO

Art. 8º - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da

ECOPARANÁ, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e o Secretário do Conselho de Administração procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta Lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

Título IV DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Gestão com a ECOPARANÁ.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e do Esporte e Turismo, e a ECOPARANÁ, por intermédio de seus representantes legais.

§ 2º - O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo com a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, órgão supervisor, e a ECOPARANÁ, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução das atividades relacionadas nos artigos 1º e 2º desta lei.

§ 3º - O Contrato de Gestão será firmado até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei.

§ 4º - Na elaboração do Contrato de Gestão, deve ser assegurada a plena autonomia técnica, administrativa e financeira da entidade, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as metas a serem atingidas, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da entidade, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho;

II - permitir à Diretoria Executiva contratar, administrar e dispensar recursos humanos para todas as atividades da entidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigo-

rosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como, de seus produtos e serviços.

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços, mediante procedimentos licitatórios simplificados;

IV - fixar as condições de remuneração e de repasse de receitas financeiras da entidade.

§ 5º - A ECOPARANÁ fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

§ 6º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 anos, poderá ser modificado no curso de sua execução, de comum acordo entre as partes que o subcrevem, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão.

Art. 10 - A ECOPARANÁ, fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários.

Art. 11 - Poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º - O Contrato de Gestão assegurará a liberação orçamentária integral necessária ao cumprimento de seus objetivos, e respectiva liberação financeira, de acordo com o cronograma financeiro aprovada para cada exercício, ressalvadas as hipóteses de inadimplência com o Poder Público ou descumprimento do Contrato de Gestão.

§ 2º - Os bens de que trata este artigo serão destinados mediante permissão, concessão, cessão de uso ou doação, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão.

Art. 12 - A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional fica dispensada de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a ECOPARANÁ, para atividades contempladas no Contrato de Gestão.

Título V DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 13 - As contas da ECOPARANÁ deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º - A ECOPARANÁ encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, autoridade supervisora, que enviará à Assembléia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano,

relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços expressos em planos de ação, planos anuais e plurianuais e nos correspondentes orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises dos desempenhos gerenciais.

§ 2º - Por deliberação do Conselho de Administração, ou determinação do Superintendente, serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

Título VI DAS RECEITAS

Art. 14 - Constituem receitas da ECOPARANÁ:

I - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras entidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

II - subvenções sociais que lhe transferir o Poder Público Estadual nos termos do Contrato de Gestão;

III - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou privadas e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;

IV - recursos provenientes da venda de imóveis, móveis, produtos e da prestação de serviços;

V - recursos provenientes de fundos especiais;

VI - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

VII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes, contratos, participações e parcerias celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VIII - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Título VII DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 15 - As ações da ECOPARANÁ, compreendendo todas as atividades técnicas e administrativas atinentes aos programas, planos, projetos, produtos e serviços sob sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, observada a legislação pertinente.

Art. 16 - O patrimônio da ECOPARANÁ será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a lhe ser incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar à ECOPARANÁ.

Art. 17 - Em caso de extinção da ECOPARANÁ, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná e/ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

Em votação.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu iria, logicamente, ocupar o Pequeno Expediente para justificar uma posição desse parlamentar, que é de Foz do Iguaçu, a respeito dessa Redação Final, mas em função da Sessão Especial uso a questão de ordem para fazer essa explicação, esse registro que considero histórico.

Na verdade essa Mensagem que veio a Casa de número 05, se não me falha a memória, de 98, se transformou no Projeto de Lei nº 34/98, teve uma tramitação rápida na CCJ, como Presidente da Comissão de Turismo requeri que a Mensagem fosse à Comissão de Turismo.

Durante a tramitação desse projeto na Comissão de Turismo eu, o Deputado Élio Rusch, o Deputado Sâmis da Silva, conversando com o Líder da Bancada, Valdir Rossori, com Vossa Excelência, que nos atendeu com muita cordialidade, conversando com o Secretário Osvaldo Magalhães, fazendo reuniões com as entidades ligadas ao turismo do Estado do Paraná, particularmente Foz do Iguaçu, acordamos, acordo formalmente feito, de que apresentaria uma emenda de que a sede da ECOPARANÁ seria a cidade de Foz do Iguaçu.

Lamentavelmente na sessão do dia 15, essa proposta, que já tinha passado nas comissões, já tinha passado aqui em Plenário em primeira votação, foi simplesmente derrubado, foi rompido o acordo e ficamos todos numa situação muito difícil, acho que a própria Casa ficou numa situação difícil perante Foz do Iguaçu.

Sei que está em Redação Final, tecnicamente preciso mudar esse quadro que aí está, mas não

poderia deixar de registrar aqui o meu inconformismo com a atitude do Secretário de Turismo, que orientou a Bancada do Governo a derrubar essa emenda que tinha sido acordada.

Acho também que o próprio Governador Jaime Lerner perde uma oportunidade extraordinária de recuperar um compromisso que tinha com a cidade de Foz do Iguaçu, de que eleito indicaria o Secretário de Turismo de Foz do Iguaçu, de que eleito colocaria a Secretaria de Turismo em Foz do Iguaçu, a sede da ECOPARANÁ minimizaria essa falta do cumprimento desse acordo.

Mas em nome de Foz do Iguaçu, em nome de todas essas entidades que participaram de toda essa negociação FOZTUR, ABAVE, Sindicato de Hotéis, e tantos outros, deixo registrado aqui o meu inconformismo com a não aprovação da emenda, o próprio Presidente da PARANATUR deu entrevista à imprensa, saiu em todos os jornais dizendo que a sede da ECOPARANÁ seria em Foz do Iguaçu, e hoje estamos vendo que isso aqui não vai acontecer, aliás uma bobagem porque existe uma estrutura montada da ECOPARANÁ lá em Foz do Iguaçu, existe outra estrutura aqui, quer dizer, a questão seria muito mais de prestigiamento de Foz do Iguaçu, e isso não está acontecendo.

Então, em função disso, Sr. Presidente e srs. Deputados, faço questão, nesse momento que considero histórico, no momento que estamos votando a criação da ECOPARANÁ, de registrar o nosso descontentamento e o nosso desacordo ao rompimento desse acordo que havia sido feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação a Redação Final.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar o voto contrário da Bancada do PMDB, por esse inconformismo manifestado pelo Deputado Sérgio Spada.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem)

Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Registrado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 105/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar a Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, imóvel no Município de Bocaiúva do Sul. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34 de 13.4.98).

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J., de autoria do Deputado César Seleme, devidamente apoiada nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 502/97

Capítulo I DOS DESPACHANTES

Art. 1º - As atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN-PR., passam a ser regidas pelo disposto na presente lei.

Art. 2º - A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Público Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor Geral do DETRAN-PR., que atribuirá a condição unicamente à pessoa física.

§ 1º - O Despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma individual ou organizando-se em sociedade integrada, exclusivamente, por mais 01 (um) despachante credenciado.

§ 2º - O exercício da atividade, denominação e título de despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 3º - O Despachante, independentemente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN-PR., em nome de seus comitentes.

Capítulo II DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

Art. 4º - O credenciamento de Despachante será feito por ato do Diretor Geral do DETRAN-PR., após habilitação em concurso de provas e títulos.

Art. 5º - Em cada Município será credenciado um Despachante de Trânsito para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Parágrafo Único - Em município com número de veículos registrados menor que o indicado no

"caput" serão credenciados 02 (dois) Despachantes, sendo que novos Despachantes somente serão credenciados após se atingir a relação estabelecida de 01 (um) Despachante para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Art. 6º - Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- d) estar em dia com o serviço militar;
- e) possuir certificado de conclusão do 2º grau;
- f) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividades econômicas nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório do protesto de títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;
- h) gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;
- i) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de falências e concordatas dos locais em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;
- j) apresentar fotocópias do cartão de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade;
- l) juntar 02 (duas) fotos coloridas 3x4.

Art. 7º - Os concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

- I - As provas escritas versarão sobre:
 - a) Português
 - b) Matemática
 - c) Legislação de Trânsito
 - d) Legislação relativa ao IPVA;
 - e) Legislação relativa à organização da atividade dos despachantes de trânsito;
 - f) Noções de direito;
- II - A nota mínima de 70% (setenta por cento) de acertos em cada disciplina.

Art. 8º - Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN-PR, e a Legislação pertinente ao setor.

Parágrafo Único - Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de 80% (oitenta

por cento) do conteúdo e frequência de 100% (cem por cento) das aulas, salvo faltas justificadas por motivo de força maior.

Art. 9º - Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN-PR:

- I - Prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no § 1º, do Artigo 2º, desta lei;
- II - Prova de inscrição no CGC do Ministério da Fazenda;
- III - Comprovante de inscrição na Previdência Social;
- IV - Alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal;

Art. 10 - O Diretor Geral do DETRAN-PR, cumpridas as exigências previstas neste Capítulo, expedirá documento credenciando o Despachante de Trânsito a iniciar suas atividades;

§ 1º - A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através do credenciamento, a título precário e pessoalíssima;

§ 2º - Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante do parentesco até terceiro grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, asseguradas as situações consolidadas.

Art. 11 - Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termo de responsabilidade, garantido por caução no valor de 650 (seiscentas e cinquenta) UFIR's, ou outro índice que vier em substituição, a ser depositada em moeda corrente do País no Banco do Estado do Paraná S.A., em conta-poupança, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados ao DETRAN-PR, ou a terceiros.

§ 1º - O valor da caução poderá ser levantado nos seguintes casos:

- I - Falecimento do titular, através de alvará judicial;
- II - Aposentadoria;
- III - Cancelamento da credencial, desde que não implique em responsabilidades como enunciado no presente artigo.

Parágrafo Segundo - O prazo para requerer o levantamento da caução é de 03 (três) anos, após o cancelamento da credencial.

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 12 - São atribuições dos Despachantes de Trânsito:

- a) representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques;
- b) identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados;
- c) verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;
- d) encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;
- e) conferir junto a Tabelionatos a autenticidade dos reconhecimentos de firmas apresentados;
- f) requerer certidões para a instrução de processos;
- g) pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;
- h) credenciar 01 (um) preposto para atuar como auxiliar em suas atividades;
- i) exercer suas atividades no âmbito do município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;
- j) retirar do DETRAN-PR. documentos de seus comitentes, mediante recibo.

Parágrafo Primeiro - O preposto indicado pelo Despachante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos e atender aos requisitos do Art. 6º, exceto as alíneas "c" e "i", bem como comprovar o vínculo empregatício através do registro na CTPS.

Capítulo IV

DO PREPOSTO

Art. 13 - Após 90 (noventa) dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN-PR. fará o credenciamento de prepostos.

§ 1º - Cada Despachante de Trânsito credenciado poderá indicar 01 (um) preposto para o respectivo credenciamento;

§ 2º - Para o credenciamento do preposto aplicar-se-á o disposto no Art. 6º desta lei, excetuada a exigência contida nas alíneas "c" e "i";

§ 3º - O preposto deverá ter idade superior a 18 (dezoito) anos na data da indicação.

§ 4º - O preposto funcionará como auxiliar direto do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo junto ao DETRAN-PR. na entrada de processos e retirada de documentos pertinentes aos mesmos.

§ 5º - O credenciamento do preposto será expedido em caráter precário pelo Diretor Geral do DETRAN-PR.

§ 6º - Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem

responsabilidade penal ou transgressão às normas constantes da presente lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste.

§ 7º - A alteração referida no parágrafo anterior será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN-PR., expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto com o recolhimento do anterior, para fins de arquivamento;

§ 8º - Os atos praticados pelo preposto, no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultarem em danos pecuniários ao DETRAN-PR. ou terceiros, serão da exclusiva responsabilidade do Despachante de Trânsito que o indicou.

Capítulo V

DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 14 - São deveres dos Despachantes de Trânsito:

- a) entrar no exercício de suas atividades em até 30 (trinta) dias após o ato de credenciamento;
- b) manter a atividade em caráter permanente, sem interrupção, salvo força maior devidamente autorizado pelo Diretor Geral do DETRAN-PR.;
- Parágrafo Único - A licença não deverá exceder a 120 (cento e vinte) dias.
- c) tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN-PR.;
- d) fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação do DETRAN-PR.;
- e) manter afixado em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN-PR. relativa aos serviços de sua competência;
- f) pugnar pelo fiel cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, respectivo regulamento, e demais disposições complementares;
- g) quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN-PR.;

h) identificar-se através do nome, endereço e do número da credencial em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN-PR.;

i) fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do Despachante responsável;

j) fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;

l) manter fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR.;

m) prestar contas de suas atividades ao DETRAN-PR., sempre que solicitado;

n) acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN-PR;

o) comunicar ao DETRAN-PR., em 24 (vinte e quatro) horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;

p) ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados;

q) renovar a credencial, anualmente, obedecendo ao disposto na alínea "f", do Artigo 6º, da presente lei;

r) estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.

Art. 15 - É defeso ao despachante de Trânsito:

a) delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer de suas atribuições definidas na presente lei;

b) aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições;

c) desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, salvo se licenciado;

d) manter filiais de seu estabelecimento;

e) praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou protelar-lhes o andamento;

f) exercer a função com credencial vencida ou suspensa;

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa não isenta o Despachante da cível e criminal cabível.

Capítulo V DOS DIREITOS

Art. 16 - São direitos dos Despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:

a) exercer com liberdade suas prerrogativas;

b) exercer sua atividade na forma prevista do § 1º, do Art. 2º, da presente lei;

c) exercer outra atividade privada desde que sem prejuízo de sua condição de Despachante;

d) não ser punido sem prévio processo administrativo em que seja assegurado a ampla defesa e o contraditório;

e) representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos, contra quem quer que lhe embarace ou obste;

f) permutar em caráter definitivo, com outro Despachante, município de atuação.

Capítulo VI DAS PENALIDADES

Art. 17 - São penas aplicáveis aos Despachantes:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão;

III - Cassação da credencial.

Art. 18 - A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir ao disposto no Art. 12, alíneas de "a" a "j";

Art. 19 - Sujeitar-se-á à pena de suspensão, de até 90 (noventa) dias, o Despachante que:

a) houver sofrido por mais de uma vez a pena de advertência;

b) infringir ao disposto no Art. 14, alíneas de "l" a "p".

§ 1º - Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o Despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN-PR., sob pena de cassação da credencial.

§ 2º - O DETRAN-PR. designará um Despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos cometidos por clientes ao Despachante suspenso.

Art. 20 - A pena de cassação da credencial será aplicada nos casos de:

a) prática, no exercício da atividade de Despachante, de ato definido como infração penal;

b) condenação irrecorrível pela prática de crime previsto nos Títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;

c) condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção, igual ou detenção superior a 02 (dois) anos;

d) infração ao disposto no Art. 15;

e) infração ao disposto no § 1º, do Art. 19.

Art. 21 - As penas de suspensão e cassação de credencial serão aplicadas após regular processo administrativo, com prazo de duração de até 30 (trinta) dias contados da notificação prévia do Despachante, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo Único - Instaurado o processo administrativo, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 22 - Na aplicação das penas serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da administração pública e os prejuízos que causar à categoria dos Despachantes e aos seus comitentes.

Art. 23 - Compete ao Diretor Geral do DETRAN-PR. a aplicação das penas de suspensão e cassação de credencial.

Art. 24 - Da decisão do Diretor Geral do DETRAN-PR. que aplicar a penalidade caberá recurso ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - O recurso, pelo mesmo fundamento, só será interposto uma única vez.

§ 2º - O recurso que aplicar a pena de cassação de credencial não terá efeito suspensivo.

Art. 25 - Da decisão que aplicar a pena de advertência caberá recurso ao Diretor Geral do DETRAN-PR, no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - O Despachante de Trânsito poderá ser transferido de Município, desde que haja permuta com outro Despachante.

Art. 27 - Incorrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.

Art. 28 - Os Despachantes de Trânsito estarão sujeitos a inspeção permanente de suas atividades, através do setor competente do DETRAN-PR.

Art. 29 - O Despachante de Trânsito que tiver sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.

Art. 30 - Fica assegurado aos atuais Despachantes de Trânsito credenciados esta condição, sujeitando-se à presente lei, exceto no que concerne à habilitação e ao credenciamento.

Art. 31 - O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.98.

(a) CÉSAR SELEME

Apoioamento:

Edgar Bueno, Walmor Trentini, Carlos Simões,
Sérgio Spada e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda geral é composta de itens sugeridos pelo DETRAN-PR, com a anuência do órgão representativo da classe - Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná - e por Deputados Estaduais, visando dar uma maior abrangência ao

projeto de lei apresentado pelo Deputado Sérgio Spada, que tem como objetivo único adequar a função de Despachante de Trânsito à realidade atual.

O Projeto retorna à Comissão de Justiça. Encerrada a discussão.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/97, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que cria o fundo de reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, com a finalidade de prover recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 04, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 679/97 EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 1

Altera a redação do art. 11 do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 679/97, conforme segue:

"Art. 11 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964".

Sala das Sessões, em 22.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Luiz Accorsi, João Techy, Neivo Beraldin,
Hidekazu Takayama, Nelson Tureck.

JUSTIFICATIVA:

Os créditos especiais são autorizados por lei e dependem da indicação dos recursos que lhe dão suporte, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 135, inciso V e a Lei 4.320/64.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 2

Altera o artigo 3º, inciso XVI, ficando com a seguinte redação:

XVI - subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas jurídicas de direito público;

Sala das Sessões, em 22.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Emerson Nerone

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de resguardar o princípio da imparcialidade do poder judiciário. Como se vê, a possibilidade de o Poder Judiciário receber doações, subvenções e legados de pessoas físicas e jurídicas, pode macular a isenção do judiciário, quando este julgar questões em que sejam parte ou interessados os contribuintes do referido Fundo.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 3

Suprima-se o artigo 11.

Sala das Sessões, em 22.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Emerson Nerone.

JUSTIFICATIVA:

O referido artigo estabelece que: "fica aberto um crédito adicional especial, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente a despesas decorrentes da execução desta Lei".

A destinação prevista fere a lei nº 4.320/64, que condiciona a abertura de créditos especiais à existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa.

Ademais, exige que seja precedida de exposição justificada, o que não ocorre no caso.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 4

Altera o artigo 3º, inciso XV, ficando com a seguinte redação:

XV - Receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário, com entidades de direito público.

Sala das Sessões, em 22.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Emerson Nerone

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de resguardar o princípio da imparcialidade do poder judiciário. Como se vê, a possibilidade do Poder Judiciário realizar convênios, acordos ou contratos deve se restringir a entidades de direito público, sob pena de macular a isenção deste ao julgar questões em que sejam parte ou interessados pessoas de direito privado.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 80/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a transferência de alunos entre as Instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos dos Artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394 de 20.12.1996. (Lei das Diretrizes e Bases da Educação). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e Péricles Mello, com apoioamento do Sr. Deputado José Maria Ferreira, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 144/98 EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1

Emenda aditiva:

Acrescenta-se ao artigo 3º, um parágrafo com a seguinte redação:

"§ ... - A regra do "caput" não se aplica quando o interessado na transferência se deslocar para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança."

Sala das Sessões, em 02.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

José Maria Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de evitar abusos na concessão de transferências para servidores públicos.

Como se vê, a concessão pretendida pelo projeto de lei em tela, pode abrir brechas para privilégios indevidos, dada a facilidade com que se nomeia e destitui funcionários públicos comissionados.

A restrição pretendida pela emenda proposta, visa dar um tratamento especial apenas para os fun-

cionários públicos em situações realmente justificáveis, e vedar as situações de oportunismo.

Destaca-se por fim, que tal restrição é acolhida pela Lei nº 9.536/97, que disciplina a matéria para funcionários públicos federais.

O Projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Japurá. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. COM EMENDA DA C.O. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 156/98

Acrescenta o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 156/98

"Art.... - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, em decorrência do contido nesta lei".

Sala das Comissões, em 05.06.98.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 156/98

Acrescenta-se Parágrafo Único ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 156/98, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Japurá.

"Art. 1º -...Fica alterado...

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias necessárias à sua implementação.

"Art. 2º - Esta lei...

Sala das Sessões, em 05.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoioamento:

Duílio Genari, Augustinho Zucchi, César Seleme, José Tavares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 156/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, visa alterar o objetivo do plano de aplicação da Lei nº 11.974/98, referente ao Município de Japurá.

A comissão manifesta-se agora com relação à emenda de Plenário, e por não encontrar nada que possa impedir sua normal tramitação, é favorável à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Edno Guimarães, Doutor Rosinha, Valdir Rossoni, Orlando Pessuti e Élio Rusch.

Em votação o projeto, ressalvado a emenda.

Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. Aprovada.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Polo de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que dispõe sobre a proteção do consumidor, quanto a procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A.nº 53, de 16.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 158/98

P A R E C E R :

O projeto de lei aqui apresentado pelo nobre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, dispondo sobre a proteção do consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná, chega em boa hora e vem criar ferramentas legais para coibir a fraude e garantir qualidade dos produtos aos consumidores.

Assim sendo, somos pelo parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que altera a redação do Art. 4º, da Lei nº 8521, de 06 de junho de 1987, que institui os concursos de Prognósticos sobre sorteios de números. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 74, de 01.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI DE Nº 215/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que tem por objetivo alterar a redação do art. 4º, da lei nº 8.521, de 06 de junho de 1987, que institui os concursos de prognósticos sobre sorteio e números.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1137, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que se registre voto contrário da Bancada do PMDB ao Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury).

Requerimento nº 1.139, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1140 a 1142, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1144 e 1150, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1147, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kiese, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1151, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1152, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1153, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1154 e 1155, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1156, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1157, de autoria dos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1160, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1163 a 1166, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1170 e 1171, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1172, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1173 e 1174, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1175, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante o expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1176 a 1179, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1180 e 1181, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1182, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1158, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje tivemos aqui a presença do Secretário Miguel Salomão e do Secretário Giovanni Gionédís e de parte da Diretoria do Banco para explicar os números relativos ao Banco do Estado do Paraná.

Estou apressando um requerimento convidando para estar presente aqui, amanhã, para um breve espaço de tempo, poder dar algumas informações a respeito do Banco do Estado do Paraná.

Solicito a presença do ex-Presidente do banco no governo passado, o Senhor Heitor de Mello e Silva; o Senhor Norton Macedo que geriu o Banco durante o período do Governo do Senhor Mário Pereira; o Senhor Luiz Antônio Fayet, que geriu o banco no começo desta gestão do atual governo do Estado, Senhor Jaime Lerner; do Senhor Domingos Murtha Ramalho que sucedeu o Senhor Luiz Antonio Fayet; e do atual Presidente, Senhor Neco Garcia, para que pudéssemos, em rápidas palavras, esses presidentes que exerceram a presidência desta empresa tão importante, trazer qualquer informação para o processo de discussão aqui, na Casa, a respeito da privatização do Banco do Estado do Paraná.

Peço o voto favorável desse requerimento, aos Senhores, porque acho que pode contribuir para que a gente tenha mais clareza a respeito de uma votação tão importante, que é o futuro do nosso banco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito **aprovam.**

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Trinta **rejeitam.**

Rejeitado o requerimento

Requerimento nº 1159, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente.

Assentimento.

Retiro o presente requerimento, porque já recebi os anexos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem).

Antes que Vossa Excelência encerre a presente sessão, não foi possível na ocasião da votação do requerimento, fazermos o encaminhamento favorável, mas é importante que registremos, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário desta Casa, o nosso total e irrestrito apoio ao requerimento do nosso colega Antonio Martins Annibelli, que foi aprovado por esta Casa, no que diz respeito à isen-

ção do pagamento de pedágio aos veículos que transportam as mercadorias como óleo-de-soja e farelo-de-soja.

O nosso apoio a este requerimento decorre de suas injustiças que o Governo do Estado do Paraná promoveu em relação ao setor produtivo.

A primeira delas quando implantou, efetivamente, o pedágio no Estado do Paraná, para todos os segmentos que se utilizam das rodovias, produtores rurais, transportadores e usuários de veículos, sejam particulares ou coletivos.

A segunda e pior injustiça praticada pelo Governo Estadual foi quando ele isentou de pagamento os veículos que transportam produtos primários e deixou de fora o farelo de soja, o óleo de soja e todos os produtos de origem pecuária: o boi, o porco, o frango todos esses produtos estão pagando pedágio ao passar pelas praças construídas ao longo das rodovias do anel de integração.

Por isso, para que as injustiças praticadas: a primeira, de se cobrar o pedágio de todo mundo, e a segunda de se isentar apenas os produtos agrícolas.

Por isso, nós apoiamos este requerimento do Deputado Annibelli. E amanhã, deveremos entrar com um Requerimento, para que os produtos de origem pecuária: o boi, o porco, o frango, ovos, possam transitar sem pagar pedágio no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 505/97.

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 080 e 156/98.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158 e 215/98.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 748/97, 002, 098, 146, 176, 177, 209 e 238/98.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS
ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO
DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK,
EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1998.

"A campanha de amor à cidade precisa ser permanente"

Jornal Diário da Manhã.

O Prefeito Jocelito Canto lançou, ele próprio, na última sexta-feira, a campanha "Declare seu amor à Ponta Grossa", numa iniciativa que visa despertar os sentimentos de civismo de nossa gente, pela Princesa dos Campos.

é claro que a campanha deve merecer aplauso de todo mundo, porque sempre é importante que se chame a atenção para esse lado importante da vida das pessoas, da comunidade.

Civismo significa patriotismo. e, de repente, a gente acaba ficando acomodado, deixando de dar muita importância ao que, de fato, tem grande importância, porque esse sentimento de civismo, de patriotismo, precisa estar sempre presente.

O lançamento da campanha foi uma festa bonita. Mais que uma festa bonita, foi um ato político singular, eis que o Prefeito Jocelito Canto fez

questão, encerrada a programação artística, ele próprio de chamar todas as lideranças políticas e autoridades da cidade, presentes ao Centro de Cultura, para subirem ao palco, e de mãos dadas com ele, cantarem o hino de amor à cidade.

E, dentre os políticos convidados, lá estavam três ex-Prefeitos, Luiz Gonzaga Pinto, Luiz Carlos Zuk e Pedro Wosgrau filho, além do Deputado Estadual Plauto Miró Guimarães Filho.

E todos foram convidados para o ato bonito do gesto das mãos dadas. Oxalá, o simbolismo do gesto seja conseqüente e tenha desdobramentos positivos, eis que a cidade só tem a ganhar na união das forças políticas, que a representam.

Como maestro da cidade, o Prefeito Jocelito Canto promoveu um grande e emocionante festival. e para que, de fato, todo mundo demonstre seu amor por Ponta Grossa, é fundamental que cada um, de fato, faça a sua parte.

E o momento especial, eis que estamos em início de campanha eleitoral.

Viva Ponta Grossa.